



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO
APROVADO POR UNANIMIDADE

ATA

Sessão Ordinária de Setembro – 13SET2024 (2.ª reunião)
N.º 35/2021-2025

Assinado por: PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR PINTO MATOS DOS SANTOS
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2024.12.02 13:20:43+00'00'

Data: 13 de setembro de 2024 (sexta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Tróia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas, Cláudia Cristina Fernandes Reigota, Daniela Ribeiro Alegria e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho, Domingos Manuel Ferreira Vilarinho e Mariana Avelos Silva.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação), Carlos António da Silva Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Assunção Mariana Carlos Ramos: Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência do vereador Paulo Sérgio Ferreira Nunes foi devidamente justificada.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Partido Social Democrata: Carlos Pedro Silveira Coelho Ferreira substitui Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões e Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Pedro Miguel Cristo Graça.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo.

Ordem do Dia (continuação dos trabalhos interrompidos no final da 1.ª reunião)

Nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 3. "**Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 1 de junho a 31 de julho de 2024**". Ato deliberativo: apreciação;

Ponto 5. "**Alterações ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação**". Ato deliberativo: tomar conhecimento;

Ponto 6. **"Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023 - relatórios finais"**. Ato deliberativo: tomar conhecimento;

Ponto 7. **"Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2024 - 1.º relatório"**. Ato deliberativo: tomar conhecimento.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (06':34")

Boa noite, caros e caras deputados. Executivo e Público aqui presente. Todas as pessoas que nos acompanham através da nossa transmissão, através da nossa página de Facebook. Sejam todos bem-vindos à segunda reunião da Sessão Ordinária de Setembro. Vamos reiniciar os trabalhos pedindo à nossa Segunda Secretária que faça a chamada.»

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (07':09")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Período da Ordem do Dia

Ponto 3. **"Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 1 de junho a 31 de julho de 2024"**.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08':09")

«Muito obrigado. Vamos então iniciar os trabalhos no ponto 3 "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal de 1 de junho a 31 de julho de 2024.

Vamos obedecer à ordem das intervenções. Portanto PSD, Chega, PS e Unir Para Fazer. Abro, neste momento, as inscrições por uma primeira intervenção. Do PSD, alguém se inscreve? Luís Diamantino, Flor Agostinho e o Carlos Pedro Ferreira. Do Chega? Não. Do PS? Pedro Martins. Do Unir Para Fazer, o Rui Rufino.

Muito bem, começo por pedir ao Senhor Presidente se quer dizer algo sobre este ponto.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (10':36")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito boa noite a todos os deputados. Boa noite à Mesa. Boa noite a quem assiste à Assembleia presencialmente e também quem tem a disponibilidade para assistir no exterior através da reprodução digital de conteúdo.

Eu não tenho muito a dizer sobre o relatório. Aliás, eu acho que é claro sobre aquilo que foi a atividade relatada neste período, onde nós tivemos algumas comemorações, na atividade muito grande naquilo que são os pelouros dos senhores Vereadores e também as responsabilidades do Senhor Presidente. Portanto, estou disponível para responder a alguma clarificação que os senhores Deputados queiram observar. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (11':31")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Começo a dar a palavra ao Luís Diamantino.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (11':56")

«Ora, muito boa noite a todos.

Ora bem, sobre a atividade e seguindo aquilo para qual eu fui mandatado, que é defender os interesses da minha freguesia, e também tentar obter algumas respostas que ainda hoje me questionaram e, de facto, não tive resposta para tal. Senhor Presidente, eu li aqui na atividade que a obra do Centro Cívico, houve o fecho de contas. Pois bem, o Centro Cívico, eu já tive oportunidade, a 17 de maio, em reunião com o senhor Vereador, o engenheiro João Semedo, de falar e alertar para algumas situações que necessitavam de correção na obra. Na altura o senhor Vereador até estava surpreendido porque achava que já estava resolvido, mas ficou consciente da coisa e até mesmo o próprio presidente sabe do que falta, ou sabia no início de agosto. E há pouca coisa que mudou. Eu, na altura, quando discutíamos a delegação de competências, eu fui um dos que queria assumir os espaços verdes. Não chegámos a acordo. Contra isso, nada. Faz parte. Cada um defende o seu ponto de vista. E uma das justificações que me deram foi que o Centro Cívico ia ter um espaço verde, espaço verde que, na altura da discussão do projeto do centro cívico vocês alteraram, à qual nós tínhamos dado o nosso aval inicial, que eu disse que aqueles espaços verdes não faziam lá sentido. E veio-se a comprovar na Festa da Freguesia que, de facto, aqueles espaços verdes não fazem sentido lá, transtornam, e muito, a utilização daquilo para aquilo que se pretende. Mas não me davam os espaços verdes porque iria existir mais, não sabiam qual era o gasto, qual era o consumo. Enfim... Acontece que aquilo de espaço verde não tem nada. Aquilo pura e simplesmente aquilo está tudo seco e morto. Não há rega. Os Senhores sabem que não há rega e os arbustos que plantaram quase todos morreram. Isso é uma das partes que falta terminar e que carece urgentemente de intervenção, porque já não vamos a tempo de socorrer muita coisa. Mas um ou outro cedro é possível que se salve.

Outra coisa é a eliminação da praça. Antes das festas da padroeira, no início do mês de agosto, a Câmara socorreu para que houvesse iluminação para a Festa da Freguesia, da Padroeira. Eu tinha chamado a atenção que não havia, que o poste que chegava onde estavam os contadores, os futuros contadores, que não tinha rede para abastecer aquilo; só tinha IP iluminação pública. Detetaram na segunda-feira, antes da Festa do Carmo, mas resolveram. Temos lá uma baixada provisória que funcionou muito bem na festa do Carmo. Parabéns. A iluminação da praça é muito boa. Aliás, um dos pontos mais positivos daquela obra, é, de facto, a iluminação. E aí está de parabéns quem projetou aquilo. Acontece que já não temos novamente iluminação. As pessoas estacionam no escuro. Nós temos reuniões, vão começar as reuniões de catequese. Hoje tive a oportunidade de passar lá antes vir para aqui. Temos malta com reuniões na Igreja, a enfeitar a Igreja, todos os dias há atividade ali, porque as pessoas agora funcionam lá, e estamos às escuras. E se há uma obra que já está fechada, não está concluída. Também a iluminação da passadeira nunca funcionou. Portanto, espaços verdes não existem, não há água e não há luz. Agradecia que o Senhor Presidente pudesse resolver o mais rápido possível esta situação.

Até porque, mais uma vez, hoje fui, acho que todos nós, mas eu mais surpreendido novamente por um e-mail a dizer que segunda-feira, às 12:30, teremos lá a apresentação no Centro Cívico da obra de saneamento de Câmara. É bem-vinda e obrigado pelo esforço que fez, mas mais uma vez começo por saber as coisas. O Senhor Presidente já tinha tido cuidado de me comunicar com o empreiteiro queria falar comigo sobre outra situação, mas esta situação saiu por e-mail. E isto até permite também aqui abrir um parêntese, porque o Senhor Presidente tem alguma tendência de não responder às questões quando é colocado, mas lá assim para os fins da reunião responde a, b, c ou d. E na última reunião calhou-me a responder a mim sobre a tal notícia de demolição da Casa Florestal. E eu vou-lhe explicar, então. Eu não soube pela Terra Nova na segunda-feira, às 5:00. O que eu disse aqui é que a Terra Nova noticiou na segunda-feira, às 5:00. Eu descobri porque fui na terça e na quarta ver para trás as coisas. Eu não soube na segunda-feira. Eu soube na terça-feira de manhã, quando um freguês meu passou e disse "eh pá, estão a pôr isto abaixo, o que é que se passa?". Não sabia de nada e depois é que fui ver que tinha chegado um e-mail e que a Terra Nova tinha noticiado na segunda. Parêntese, fechar parêntese só para esclarecer aquilo que o Senhor Presidente disse na última reunião. Assunto arrumado do Centro Cívico. Não está pronto, estão fechadas as contas, mas, por favor, para quando o terminus?

Outro assunto que gostava de saber. Eu fui hoje confrontado, como é que estamos sobre a futura creche no Carmo? Era só isso que eu queria. O que é que se prevê para datas? Sei que deu algum feedback à Associação que possivelmente em julho seria feita a intervenção, não foi feita a intervenção. E agora começo a ter os pais preocupados porque vai haver intervenção ou não vai haver intervenção. E se houver intervenção está acautelada a convivência das obras com as crianças? Esta é uma das dúvidas dos pais que nos fazem

chegar a nós. Não digo que seja da Direção da Associação de Pais, mas dos pais no geral, que conversam connosco.

Portanto, Senhor Presidente, há algumas questões do Centro Cívico que gostava de ver esclarecidas. Há umas questões da creche que gostava de ver esclarecidas.

E, por último, agradecer e dar a conhecer a esta Assembleia que, depois de aprovado o apoio pontual ou o financiamento antecipado à carrinha, ainda em ir à minha Assembleia de Freguesia, ainda sem assinarmos o contrato, a Câmara Municipal de Ílhavo já fez, hoje, a transferência. Pronto, caso inédito, não estava à espera, mas já recebi a indicação que foi feita a transferência dos 21 mil euros. Ainda sem aprovação da minha Assembleia de Freguesia e ainda sem assinarmos o. Era só. Muito obrigado.»

Carlos Pedro, Grupo Municipal do PSD: (19:50")

«Boa noite a todos. Senhor Presidente da Mesa e a todos na mesma. Senhor Presidente do Executivo. Senhores Vereadores. Senhores Deputados. Senhoras e Senhores nas galerias e quem nos ouve lá em casa.

Na última reunião, o Senhor Presidente fez sobre mim um conjunto de considerações que tive que ouvir em casa quatro ou cinco vezes, assim devagarinho, para perceber, efetivamente, o que é que disse, ou melhor, o que é que queria dizer. Depois pode discordar. Porque, passo a citá-lo, “pede desculpa por me tratar pelo meu nome, Carlos Pedro”. Não é defesa da honra nenhuma. Não é defesa da honra nenhuma, não há nenhuma honra ofendida, portanto...

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: «Continue, continue, por favor.»

Carlos Pedro, Grupo Municipal do PSD: ... é o meu nome, não é defesa da honra nenhuma. Pensava que traria, disse o Senhor Presidente, para a Assembleia uma coisa absolutamente pacífica, que não foi como se viu nas votações expressivas do que não é pacífico e depois diz “fique condicionado porque foi candidato à presidência do município, está como deputado do PSD e não sei como é que vai ser o futuro. Ok, pacífico; no fundo, faz um resumo cronológico, verídico, factual. Mas preocupa-se, portanto, preocupa-se com o meu percurso futuro, presumo que político. Porque logo a seguir, diz, fico preocupado e fica com a minha observação, sabe, um protocolo assinado com a Junta do Carmo e aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal, onde a cláusula 5 e 1 e número 2 nunca deveriam existir, na minha opinião. Ficou preocupado com a minha posição, mas logo de seguida, trava a fundo e acalma, enfim, era essa inquietude interna, delirante e diz “bem, como empresário de sucesso, não vou referir as empresas, mas fico preocupado porque, também porque, à data de hoje, podíamos ter o caso do Pedro a governar o Município”. Em resumo, depois de alguma análise, e ando nisto a algum tempo, o Senhor Presidente preocupa-se inicialmente com a possibilidade de eu poder recandidatar-me, mas tendo em conta que as empresas que tenho para gerir, e tal, rapidamente essa inquietação passa. E depois, honestamente, revela que ficaria preocupado se hoje eu fosse Presidente, porque trataria de forma justa o que deve ser justo e não de forma aritmética, como o protocolo e o contrato assinado obrigam.

Fica também, suponho, preocupado por não haver disciplina de voto, nem solidariedade no que não tem que haver, como no caso dos Vereadores do PSD votarem a favor, como o senhor disse, e bem, e eu devia dizer que nunca votaria nesse sentido. O senhor Presidente não está habituado a esta liberdade de pensamento e ação, de haver alguém, e não fui o único, atender que não deveria ser um privilégio, uma distribuição desigual em 2025, de verbas entre juntas de freguesia, outra qualquer entidade do Concelho.

Termino sobre este assunto, fomos os dois candidatos à Presidência da Câmara em momentos diferentes, o senhor ganhou e eu perdi. No entanto, eu era o improvável Presidente, sabia-o e sem surpresa perdi. O Senhor Presidente ganhou com surpresa de todos, acho, incluindo de si próprio. E hoje temos, como veremos na discussão do relatório de atividades, problemas porque não executa, e, portanto, não está a governar.

E voltando, indo aqui à parte que me interessa agora, depois de fazer esta ressalva, do relatório de atividades de 1 de junho a 31 de julho de 2024, na página 5, diz o relatório, não é o Senhor Presidente, não é nada de pessoal, tem a ver com o Executivo, conseguimos concretizar investimentos mais importantes para o município, requalificação do seu parque escolar com a abertura dos concursos públicos para as empreitadas de qualificação da Escola Básica Professor Fernando Martins, Escola José Pereira Pinto Bastos, Escola João Carlos Gomes. Bem, na página 35, tabela 10, projetos cofinanciados em execução, o que toca a estas três escolas, os mesmos é que os projetos foram aprovados, mas não foram feitas ainda pedidos de pagamento, e, portanto, não há apoios pagos. O que significa, ou não, que as obras ainda não se iniciaram. Se a resposta for positiva, quando começarão? Quando terminam as obras, já que não se executarem no prazo previsto no âmbito do PRR, as verbas

ainda não adiantadas terão que ser devolvidas se não se atingir um determinado grau de execução até 2026.

Na página 3 da comunicação, de 1 a 31 de julho foram monitorizados 1741 notícias sobre o Município de Ílhavo e 41 notas de imprensa à comunicação social. O valor da AVV foi de 8.724.485 euros. Esta informação serve para quê? O número de notícias e notas de imprensa são uma indicação de quê? Do esforço do Executivo em ser visto por razões boas ou más? São notícias a pedido ou somos notícia porque os órgãos de comunicação social naturalmente vieram nós por seu próprio interesse? Já agora, que possa ser um lapso, no relatório aparece que foram monitorizadas 1741 notícias ou 1.474.100. É que há uma diferença de 13.000 notícias entre o texto e a tabela que ilustra na página 13.

Página 15. Saldo de gerência, tabela 1, receitas. Verificamos que de julho de 2021 a julho de 2024, que o saldo passa de 4.194.000 milhões, números redondos, para 7.857 milhões. Mesmo com uma quebra de 537 de impostos diretos por via da diminuição do IMT. Significa ou não que os cofres da Câmara vão ficando cada vez mais cheios sem que se execute obra nenhuma ou o que é que pensa fazer?

Na página 27, verifica-se que grande parte da obra executada em 2022 - 2024 foi a liquidação da dívida média de longo prazo, que passou de 2,8 milhões para 682 mil euros. O objetivo é ficar sem dívida com 10 milhões de euros no banco e com uma execução extremamente baixa de projetos?

Na página 34, tabela dos projetos aprovados e em conclusão, quantos em número e valores transitaram do Executivo anterior, já que estão em fase de conclusão pelo reduzido valor que falta receber 255 mil euros, em números redondos? É que isto é importante para que se perceba a eficácia do Executivo. Se forem projetos que já vinham em termos de execução, temos 97%. Na página seguinte, página 10, projetos cofinanciados em execução, temos o quê e quais? É que dos 26 milhões 476 e não sei quê aprovados foram pagos 1,9 milhões. Ou seja, executados, em tese, 7.3% do elegível, mas se subtraímos o que já foi pago e não pedido, a requalificação do Centro de Saúde de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré, o executado foi de 2%. Somente? É isto? É uma pergunta. Eu posso estar a ler mal, mas acho que não. Fala-se de execução efetiva de 7,245 milhões de euros também, mas não será 7,944 que foi o que efetivamente foi pago?

Ainda para terminar, na página 36, necessito de um esclarecimento, qual o significado de aquisição de terrenos e construção para fogos habitacionais, Gafanha da Nazaré e, mesmo, para a Gafanha da Encarnação, 3,583 milhões e 3,713 milhões, respetivamente. Qual o significado da aquisição de 28 frações, mais 24 frações e mais 20 frações ELH. Falamos de 72 frações, concurso respetivo de 4,208 milhões, 2,700 e tal milhões e 4,2 milhões, na terceira. É que, isto é uma pergunta, mas é que se as aquisições de terrenos e construção, os fogos habitacionais, forem só terrenos e o resto for construção de casas, cada apartamento vai custar 250 mil euros. O que para habitação a custo controlado me parece excessivo.

Na página 35, sobre a DG Artes é uma pergunta, pode ser um erro, porque é que pagaram mais do que aquilo que era pedido? Porque foram pedidos 400 mil euros e foram entregues 450 mil euros.

Relativamente, para finalizar, sobre o pavilhão municipal Capitão Nordeste, aparece no relatório, falta lá, enfim, fazer umas pinturas e umas coisas, ouve lá um problemazinho na reabilitação do telhado e enfim. O que eu vi numas fotografias, de facto, não falta uma pequena reabilitação, falta mudar o piso e falta fazer... não é o que está no relatório e o relatório deve espelhar aquilo que está e que foi e que aconteceu e que está, porque as fotografias não mentem, a não ser que seja photoshop, aquilo não foi e é preciso perceber, nesta Assembleia, se é a responsabilidade do empreiteiro, se é a responsabilidade da Câmara para que uma coisa daquelas aconteça. Uma coisa é a gente escolher a melhor altura para fazer uma obra. A melhor altura não existe. O momento certo, pode ser no Verão, pode chover no Verão, pode chover no Inverno. Tem que estar acautelado e também gostava de fazer deixar esta pergunta no ar, como é que foi acautelado a responsabilidade de quem é que vai pagar provavelmente 100 mil euros da substituição do piso, quando se é uma responsabilidade da Câmara que mandou, daquilo que me disseram, não sei se é verdade, também fica aqui aberto, "olhe, continue assim, deixe estar que a gente responsabiliza-se, faça assim". Ou se o empreiteiro é o responsável porque executou a obra e não tomou as precauções necessárias para garantir que a obra fique de acordo com aquilo que era pedido, que era a substituição do telhado para que se pudessem efetuar lá as atividades desportivas. Porque, enfim, eu via as fotografias não é possível jogar lá coisa nenhuma, a não ser para aí berlindes ou uma coisa qualquer, com o piso como está.

Portanto, acho que são perguntas, eu deixei aqui para aí dez, que eu gostava que fossem respondidas. Muito obrigado.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (31':56")

«Então boa noite, Senhor Presidente. Boa noite, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas. Pessoas que estão a ver lá em casa.

Eu pegava, sinceramente, pegava neste último assunto do Carlos Pedro, que tem a ver com o pavilhão Capitão Adriano Nordeste. E não como está na página 73, António Nordeste, nunca foi António, foi sempre Adriano. Não sou eu que cheiro as confusões.

Só para dizer o seguinte, independentemente do que aconteceu, independentemente dos estragos, independentemente da responsabilidade, o que nós sabemos hoje é que os dirigentes do Illiabum, os sócios, a população, os jovens que lá praticam desporto, os futuros atletas profissionais, para toda a gente é evidente que aquilo só tem uma solução: é um piso novo. Só me parece que o Executivo, é que foram originadas patologias que estão em fase de correção. Isto não me parece solução nenhuma. O que me parece solução para aquela situação é que, havendo disponibilidade financeira da Câmara, como todos sabemos, existe, só há uma solução. Se nós fossemos poder, neste momento, o que estávamos a tratar era da aquisição de um novo piso. Não era fazer os remendos que lá estão a fazer, porque vamos passar a vergonha, certamente, e vamos passar pouca dignidade de assistir ao primeiro jogo de basquete ser interrompido para se deslocar ou para se ir jogar noutro sítio qualquer que não em Ílhavo, mas sim num outro pavilhão. Portanto, é urgente, urge, quer dizer, não tem razoabilidade manter aquele piso ou fazer as correções que lá estão a ser feitas, porque ninguém compreende, não é compreensível a qualquer cidadão normal. Portanto, Senhor Presidente, gostaríamos muito de ver a situação corrigida com a máxima rapidez e termos o direito de termos um piso novo, já que sabemos todos que aquele piso foi lá colocado em 2009, portanto, quanto sabemos, e, portanto, já tem a sua vida mais que, enfim, usufruída e mais que ultrapassada.

Gostávamos também de relembrar aqui outra situação que tem a ver, que já aqui foi levantada por um município. Quando eu assisti à entrega de duas viaturas à GNR, eu fiquei tranquilo e, sinceramente, acho bem que se façam esse tipo de atribuições, já que há dificuldade na GNR em obter viaturas. Fiquei satisfeito e contente porque já tivemos aqui, no passado, situações em que a GNR nem o dinheiro tinha para papel e tinha que ser a Câmara a fornecer o próprio papel para os seus gastos diários.

Acontece que eu, ao ver a entrega das viaturas, pensei bem, isto vai correr melhor para a GNR, a GNR, agora, não vai só multar, vai ter uma atuação mais premente, vai poder atuar com mais rapidez, com mais celeridade, mas não estamos a assistir a isso. O que estamos a assistir no Centro de Ílhavo, e desculpem lá levantar esta questão, porque com aquilo que aconteceu recentemente na cadeia em Lisboa isto começa a preocupar a população. Nós sabemos que no centro de Ílhavo, na Calçada Carlos Paião, tem havido vários incidentes. É anormal ou normalmente aparecem durante a noite visitas das ambulâncias, o 112. Vem a polícia de intervenção de Aveiro. Há desacatos, há confusões. Já estive aqui um município que, enfim, que atuou, que levantou e que tem aquilo tudo fotografado. Sabemos onde é que está a origem, já soubemos que houve lá um esfaqueamento de uma pessoa, de um jovem. A minha pergunta é só esta, será que estamos à espera que haja ali uma morte? Quer dizer, eu recordo-me há muitos bons anos, quando era Vereador, existia uma coisa similar na Barra, todos sabemos como é que se chamava a discoteca. Aquela discoteca era sistematicamente alvo de contestação por parte da população. O engenheiro Galante contratava uma empresa privada para avaliar a situação de sonorização do próprio espaço. Havia empresas privadas que eram que faziam os testes. Foram obrigados a fazer obras. A polícia fazia controlo diário. Acabou por fechar. Aqui a situação tanto quanto viemos a saber, tem ordens para estar aberta até às 2:00 e o estabelecimento está aberto até às 6:00. A polícia não intervém, a Câmara, tanto quanto sabemos, o município já o aqui disse e fez o favor de entregar aos líderes um relatório vastíssimo, também parece que não quer atuar. Eu só pergunto, vamos correr o risco de ter ali uma morte? Senhor Presidente, acho que deve ter esta preocupação, deve acautelar esta situação, deve mover a sua influência junto da GNR para que este problema seja resolvido. Não é o município que está, enfim, não é o município que é a nossa preocupação; ele retrata a preocupação de muitos dos moradores, já sabemos que há abaixo-assinados de outros moradores que também não estão contentes com a situação, e podemos correr o risco de dentro em pouco termos ali problemas gravíssimos. Depois não venham dizer que não foram alertados e que não deviam ter atuado.

Eu recordo que esses tempos foram graves. Recordo-me também do que é que aconteceu no Mercado da Costa Nova, especialmente na festa da Costa Nova, quando eram aqueles ajuntamentos de vendedores ambulantes e tivemos que intervir, a Câmara teve que intervir. E o que é que aconteceu a seguir, com a coragem do engenheiro Galante? Teve às suas portas os acampamentos, foram acampar à sua porta, a protestar, mas ele pôs a polícia em

cima da ponte, a controlar a permanência, ou não, desses acampantes, desses estabelecimentos que vieram, ilegais, na festa. É preciso ter coragem para atuar e eu acho que o Senhor Presidente está a facilitar na situação do Centro de Ílhavo, mas, enfim, vamos ver o que é que vai acontecer no futuro.

Gostava também de alertar para uma situação que, enfim, há aqui uma página que diz que estamos a fazer uma série de coisas. Eu gostava de falar na inauguração ali da Ponte do Largo da Capela da Léguas. Está tudo muito giro, está tudo muito engraçado, ficou tudo muito bem feito. Agradecemos. Mas há ali um problema para resolver que é a sinalética. A sinalética horizontal não existe e o cruzamento que vai para a Amarona ou para a Capela da Léguas é um perigo. Aquilo antigamente tinha um lágrimazinha no meio que impedia que os carros saíssem fora de mão. Hoje não temos nenhuma pintura no chão. A obra foi feita. A obra foi inaugurada. A sinalética falta. A rua que vai para a Amarona não tem sinalética. O cruzamento não tem sinalética e aquilo está um perigo. Quem vai de Ílhavo ou aqu do centro de Ílhavo e depois tem que cortar à direita para a Capela, se vai um bocadinho fora de mão, está sujeito a apanhar um de frente. Já apanhei um susto. Outras pessoas já se queixaram de que aquilo é um susto. Retiraram o que lá estava e bem para fazer a obra que fizeram. Eu agradecia que corrigissem aquela irregularidade que vai ter reflexo no futuro.

Fala-se, enfim, que vamos ter mais uma instalação de lombas de limitadores. Eu pergunto, ainda vão instalar mais? Eu penso que já temos número suficiente de lombas pelo Concelho. Não sei se ainda propõe mais.

Há uma outra situação que eu gostava de chamar a atenção. Na festa dos Moitinhos, puseram uma paragem de autocarro junto aos contentores. Não me parece nada agradável para quem está à espera de um autocarro ter ao seu lado os contentores. Não são uns contentores pequenos, são uns contentores seletivos, o das garrafas, o papel e não sei quê. Isto está mesmo em cima da tabuleta do autocarro.

Falamos nas limpezas. Eu pergunto, já pensaram aqui na limpeza deste riacho? Deste canal de água que temos aqui junto ao mercado? Eu nunca vi aquilo naquela situação, está um total desprezo. Não há quem trate daquilo?

Já passaram ou passamos todos na rua das Bichaneiras, já repararam? Uma obra que foi inaugurada pela Presidente da CCRC, está horrível, é um desleixo total. Senhor Presidente, fala-se em tantas limpezas, tantas manutenções, eu pedia algum cuidado para que tratem desses assuntos que, para mim, são prementes.

Fala-se, também, na manutenção de elevadores. Já foram ao Centro de Saúde de Ílhavo, que tem dois elevadores que ainda estão inativos? Assisti eu... para darem uma injeção a uma pessoa que tem um estabelecimento nesta cidade, teve que se deslocar a enfermeira do terceiro andar para vir cá abaixo dar a injeção. Porquê? O elevador está avariado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (02:23:46")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos. Aqui sobre a atividade municipal, eu tenho um ou outro, uma outra questão a colocar e a expor, mas a propósito destas questões da segurança no centro de Ílhavo, eu gostava de dizer que partilho, em parte, partilho das preocupações aqui levantadas e expostas pelo Flor Agostinho. E concordo plenamente que tem que haver uma ação, digamos da Câmara, no sentido de junto das autoridades, enfim, pugnar para que haja intervenções capazes de conter certos abusos que acontecem aqui, no centro de Ílhavo, a horas, enfim, pela noite dentro. Não há dúvida. O Presidente da Câmara ainda há pouco tempo, a Câmara Municipal, acho que ofereceu dois veículos à GNR, se não estou em erro. E fez bem. Eu li a notícia por alto e acho que deve haver esse espírito de colaboração entre a Câmara Municipal e, neste caso, a GNR. Acho muito bem que haja esse apoio. Mas também acho que a Câmara tem todo o direito, como qualquer cidadão tem, de exigir que a autoridade atue. Nós sabemos que é difícil encontrar a autoridade nas ruas, hoje em dia. É muito difícil encontrar, quase nunca se veem. Mas isso também não quer dizer nada. É preciso é que eles estejam quando é necessário e, efetivamente, nas noites aqui no centro de Ílhavo, as patrulhas têm é que ir. E, portanto, tem que haver essa sensibilização e eu penso que a autoridade sabe disso. A GNR sabe disso. Têm que aparecer à hora do encerramento dos estabelecimentos noturnos dos bares e atuar.

E penso que a Câmara tem que estar sensibilizada efetivamente para isso e tem que exercer o seu papel, digamos, influenciador, no bom sentido, claro, junto à autoridade.

Mas também gostava de recordar o PSD que este tema não é de agora. Este tema já tem anos e também passou pelos anteriores executivos. E também gostava de recordar que esta Câmara também podia ter feito mais naquele tempo. Esta Câmara, a nossa Câmara Municipal de Ílhavo, nos mandatos anteriores, concretamente no mandato que antecedeu o atual, o nosso atual mandato, com o atual executivo liderado pelo Presidente Campolargo. E até

houve situações, como é sabido ou certamente recordar-se-ão, de processos de contraordenação que foram instaurados aqui na Câmara e ficaram como que esquecidos. Portanto, a própria Câmara devia ter atuado com mais firmeza em determinados processos de contraordenação levantados contra esses estabelecimentos e as coisas andaram um pouco esquecidas. Não vou dizer que foram para a gaveta, mas andaram ali um pouco esquecidas. Portanto, esse apontar do dedo ao atual executivo, devemos exigir, efetivamente, uma ação mais forte para resolver as coisas e influenciar, mas não esquecer que em tempos passados devia ter havido também a mesma atitude mais proativa e nomeadamente na gestão dos processos de contraordenação, de forma a, por essa via, impormos também a autoridade que existe da Câmara Municipal enquanto entidade também licenciadora. Ou com essa jurisdição também sobre os estabelecimentos, neste caso, os estabelecimentos noturnos.

Indo aqui à questão da atividade municipal. Eu chamo a atenção para um aspeto que tem alguma importância. Nós estamos já a discutir a atividade municipal do período de 1 de junho a 31 de julho, portanto os meses junho e julho e já estamos a 13 de setembro. Portanto, há aqui um *delay*, há aqui um atraso. Nós gostaríamos de ter a atividade até mais tarde, digamos, até pelo menos ao final do mês de agosto, não sei, mas terceira semana de agosto ou primeira quinzena de agosto, enfim, para o relatório também ser mais atualizado, estar mais atualizado e nós podermos debatê-lo com alguma assertividade maior. Pronto.

Ora bem, a questão que eu gostava de sublinhar aqui, sendo certo e voltando aqui atrás, que há matérias muito mais importantes aqui no Município, as escolas, os centros de saúde. Isso é que é importante, efetivamente, no meio de toda a atividade municipal. Essas grandes obras, nós carecemos, os cidadãos carecem dessas obras no terreno e os equipamentos melhorados e postos ao serviço das populações.

Mas relativamente aqui à ocupação sazonal do campo de futebol da Costa Nova, o ano passado nós fomos muito críticos sobre a atuação da Câmara e da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, mas eu agora foco-me na Câmara porque utilizou aquele campo um pouco de uma forma *ad hoc*, ou seja, sem cumprir os procedimentos legais. Portanto, instalaram, permitiram que as autocaravanas fossem para lá, portanto, ocupassem aquele espaço durante o verão. Na altura criticámos porque os procedimentos legais entendemos que devem ser cumpridos e deve ser respeitada, portanto, a finalidade dos espaços. Estamos ali naquela zona, no campo de futebol. Estamos em área de reserva ecológica de REN e, portanto, de certa forma, não é que seja uma situação muito grave, mas quer dizer, há uma agressão ambiental quando se utiliza um espaço em reserva ecológica para depositar, autorizar que seja um estacionamento de autocaravanas.

Noto, mas também não sei quando é que foi, mas, portanto, foi ou junho ou julho, noto que desta vez a Câmara fez diferente. A Câmara preparou elementos para submissão de comunicação prévia, estou a ler no âmbito do regime jurídico da REN, portanto, terá preparado um processo à CCDD-C para esta comunicação prévia, para que seja autorizada, portanto, a utilização daquele espaço para ocupação por autocaravanas. Gostava de saber mais sobre isso. Ou seja, se efetivamente já foi feita a comunicação prévia? Se já há alguma posição da CCDD C? Se a intenção era ainda utilizar o parque este ano ou se este objetivo é para o próximo ano? Mas, pelo menos, a nota que eu quero aqui deixar é que a Câmara, concorde-se ou não, agora atua em conformidade com a lei. Portanto, está a desenvolver o processo em conformidade com a lei, o que já é um passo à frente.

Agora, isso não quer dizer que nós concordemos, que não concordamos, com a utilização de autocaravanas ali, porque o espaço é uma área ambiental, é de reserva ecológica e não sei se na Praia da Costa Nova não sei se não haverá outra solução melhor para as autocaravanas. Porque essa é a diferença, esse é um exemplo daquilo que nós pretendemos para a nossa Praia da Costa Nova. Se pretendemos uma Praia da Costa Nova de 5 estrelas ou uma Praia da Costa Nova de 6 estrelas. É que esse é mais um ponto, considerando outros, mas é mais um ponto. Autocaravanas, um parque de autocaravanas naquela zona na Praia da Costa Nova? Eu acho que isso prejudica a boa imagem, a excelente imagem que a Praia da Costa Nova tem, portanto, por aí fora. Portanto, acho que efetivamente, sublinhando que a Câmara agora está a atuar sob a capa da legalidade, mas discordamos em absoluto que seja usado aquele espaço agredindo o ambiente, seja usado aquele espaço para autocaravanas, com a agravante de não notarmos que daí haja uma mais-valia para a nossa Praia da Costa Nova. Para já era isso. Depois voltaria muito obrigado.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (50’21’)

«Boa noite a todos. Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, senhores Deputados, estimado Público aqui presente e em

suas casas. Venho aqui dar nota de algumas das inúmeras atividades que constam neste relatório, referentes aos meses de junho e julho.

Ao longo de toda a nossa campanha, na base do nosso compromisso, sempre se estabeleceu o primórdio de colocar as pessoas no centro da nossa governação. Nestes últimos dois meses trabalhamos em múltiplas vertentes no sentido de garantir a consecução de muitas das propostas do compromisso que estabelecemos com os munícipes em 2021. A preocupação com as necessidades básicas, como o saneamento e a habitação; a consolidação de serviços públicos de qualidade, nomeadamente na educação, na saúde, na segurança; o incentivo à participação cívica e ao associativismo; a promoção de eventos culturais e desportivos, de forma a responder à necessidade de ocupar o tempo livre dos munícipes, atraindo, ainda, a população dos concelhos limítrofes e dos turistas, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento social económico do Concelho.

Começando pelas necessidades básicas, importa mencionar os trabalhos no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Foram desenvolvidos os projetos de arquitetura e especialidades para a construção de um edifício no Bebedouro, na Gafanha da Nazaré, e de um edifício na rua da Escola, na Gafanha da Encarnação, e para a reabilitação de um edifício na rua Padre Manuel Bernardes, na Gafanha Nazaré, concorrendo todos para a criação de 72 novas habitações. Destaque, também, para a urgência de garantir saneamento em todo o Concelho. Por no primeiro concurso não ter surgido qualquer proposta, foi preparado um novo procedimento para a execução da empreitada de construção da rede de drenagem das águas residuais domésticas e de águas pluviais na Gafanha de Aquém e na Gafanha da Boavista. Esta empreitada vai garantir saneamento básico a mais de 200 habitações e aproximar a taxa de cobertura de saneamento de 100%, no Concelho de Ílhavo. E já é mais que tempo de isto acontecer.

Relativamente à preocupação em disponibilizar serviços públicos de qualidade no Município de Ílhavo, começamos por referir a abertura dos concursos públicos para as empreitadas da requalificação das três escolas: a básica professor Fernando Martins, a básica José Ferreira Pinto Basto e a secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, e dos dois centros de saúde, o de Ílhavo e o da Gafanha de Nazaré, o que permitirá modernizar estes edifícios e promover a prestação de serviços educativos e de saúde de elevada qualidade.

Ainda relativamente à educação, e entre as várias atividades que foram realizadas nos meses de junho e julho, assinalo as festividades no âmbito do Dia Mundial da Criança, com espetáculos no Jardim o Oudinot, o dinamismo do Estaleiro - Estação Científica de Ílhavo, o qual continua a promover a educação científica e tecnológica, principalmente junto das nossas crianças.

Ainda no âmbito dos serviços públicos, um breve apontamento para o Laboratório de Envelhecimento e para o Fórum da Maior Idade que continuam com a dinâmica habitual, concretizando múltiplas atividades, quase todas com dezenas de participantes. Aliás, o próprio Festival Cabelos Brancos, que tem o seu expoente máximo a 20 e 21 de setembro, está quase, já realizou diversas atividades nestes dois meses. Tudo isto como prova que a atenção dada pelo Executivo Municipal às pessoas mais velhas não é meramente pontual, mas que decorre ao longo de todo o ano e é assim que deve ser. As pessoas mais velhas são pessoas todos os dias. Por fim, ainda sobre o tópico da ajuda à prestação de bons serviços públicos, deve-se considerar também a entrega de duas viaturas elétricas à GNR, elevando os níveis de segurança da população.

Mobilizar a população para participar, de múltiplas formas e em diferentes momentos, na vida do Município é algo com que também, desde sempre, nos comprometemos: a participação ativa. Destaque maior para o Orçamento Participativo, registando-se, este ano, uma maior participação em relação ao ano passado, estando a fazer-se um caminho em crescendo, como tem acontecido com a generalidade das atividades que são realizadas anualmente. Foram apresentados os projetos vencedores desta segunda edição e foi inaugurada a obra resultante do projeto vencedor do ano passado, o espaço Ílhavo Desporto e Lazer.

Apoiar o associativismo é outra forma de promover o envolvimento da comunidade na vida do município. Merece, por isso, referência a assinatura dos acordos de cooperação com 41 Associações do Concelho, no valor 331 mil euros, o que representa um grande contributo para o enriquecimento cultural e para a coesão social. Por último, vou elencar ainda algumas atividades de índole cultural e desportivo, mais dirigidas ao tempo de lazer da população.

Em primeiro lugar, importa referir algumas obras que estão a ser feitas ou que já foram mesmo concluídas e contribuem para um aumento da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente para a ocupação do seu tempo livre. Neste sentido, assinalo as ações de qualificação do espaço público, tendo sido construído um novo passadiço na praia da Barra e um campo de padel em Ílhavo. Merece também referência a requalificação do espaço do

recinto polidesportivo da praia da Barra, o qual está a ser convertido num campo dos jogos e numa pista para skate. Não é de somenos importância termos em conta que todos estes passos de lazer e de prática de desporto são, ao contrário do que acontece noutros municípios, de acesso absolutamente livre e gratuito. E, claro, ainda no que concerne à prática de desporto, o destaque vai, naturalmente, para a intervenção na cobertura do pavilhão municipal Capitão Adriano Nordeste, tendo sido reabilitada a sua estrutura, foi retirada a cobertura em fibrocimento e foi aplicada uma nova cobertura, o que vai permitir melhorar as condições de segurança e de saúde pública, bem como a luminosidade e a acústica.

Finalmente, no tempo de Verão não podíamos deixar de fazer referência aos festivais realizados nestes dois meses, começando pelo Mariato que também teve uma forte componente desportiva. Foi neste Festival que se inseriu a Corrida Popular da Costa Nova e que, além da corrida principal de 10 km, contou ainda com uma caminhada de 6 km e meio, e uma corrida dos mais pequenos, dirigida às crianças e jovens dos 4 aos 13 anos. Além das atividades desportivas, o mariato contou com a realização de vários concertos com propostas musicais para diferentes públicos e gostos. Decorreu também, neste período de tempo, o Festival Rádio Faneca, o qual tem crescido de ano para ano, acolhendo cada vez mais participantes, constituindo um dos melhores exemplos do paradigma da promoção de uma cultura mais nossa que queremos exponenciar. Realizaram-se mais de 50 eventos com a presença de cerca de 29.000 pessoas, tendo-se dado palco a projetos locais que interagiram com projetos de âmbito nacional, procurando, também, promover-se o cruzamento de gerações, havendo lugar para a inovação e para a modernidade, mas também para a tradição. Viveu-se neste festival a pluralidade e a diversidade. Realizou-se também pela primeira vez o Concurso de Bandas de Garagem que foi um sucesso, com a participação de várias bandas e de um público entusiasta.

Por último, uma referência ao Festival da Sardinha, realizado em parceria com a Associação de Pesca Artesanal da Região de Aveiro e que registou números impressionantes: foram vendidos 1.200 kg de sardinha e servidas refeições a cerca de 4.500 pessoas, em apenas 4 dias.

Face à quantidade elevada de todas as atividades e projetos mencionados neste relatório, estes são apenas alguns exemplos, entre muitos outros, deste dinamismo do Executivo Municipal, que já fiz referência. Uma das melhores formas de se aferir se este trabalho está a ser consequente com o propósito de servir as pessoas, é precisamente averiguar do grau de adesão da população às atividades realizadas ou apoiadas pela Câmara Municipal. A participação nestas atividades, e, certamente, nas atividades que constarão do próximo relatório de Atividade Municipal daqui a uns meses, prova tudo isto, ao contrário do que alguns, por vezes, querem dar a entender, que a resposta das pessoas é positiva, marcando presença nos múltiplos eventos realizados no nosso Concelho, pelo que se pode concluir existir uma inequívoca sintonia entre o Executivo, o Movimento Unir Para Fazer e os municípios, como se pode verificar por estas múltiplas atividades, nomeadamente através da colaboração com a população nos festivais realizados nestes meses, com o apoio às associações, com a implementação do orçamento participativo.

Podemos concluir que importa trabalhar para as pessoas, mas também com as pessoas, numa comunhão de interesses, vontades e esforços, ajudando a fazer crescer o Concelho de Ílhavo que, progressivamente, vai sendo um polo de atração para a fruição cultural e para o convívio social, seja para quem nele já habita ou quem vive nos concelhos limítrofes, ou mesmo para os turistas. Os de dentro e os de fora encontram em Ílhavo uma boa resposta aos interesses de quem quer aproveitar o Verão para descansar e divertir-se. Isto ficou bem patente neste relatório da atividade municipal ao longo destes dois meses, sem, no entanto, se descurar as necessidades básicas dos municípios que serão sempre uma prioridade todo ano e todo o nosso mandato.

É este entusiasmo que as pessoas manifestam nestes eventos e festivais que alimentam a nossa capacidade de querer fazer sempre mais e melhor pelos municípios. E é com esta confiança que acreditamos que vamos abraçar o último ano deste mandato também em crescendo, tornando Ílhavo um concelho mais moderno, capaz de assegurar a todos que nele vivem uma boa qualidade de vida, não necessitando de sair do concelho para encontrar resposta às múltiplas necessidades de cada família. É esse concelho que vamos continuar a construir no próximo ano, nunca perdendo de vista o nosso compromisso e o nosso único foco: servir as pessoas.

Isto tudo tem sido feito ao mesmo tempo que se conseguiu prosseguir com a redução da dívida do Município a fornecedores e entidades bancárias, a qual baixou quase dois milhões de euros, no último ano.

Fazer o presente sem comprometer o futuro, assegurando as condições para um contínuo desenvolvimento do nosso Concelho. É este caminho de equilíbrio, de ponderação, de racionalidade que vamos continuar a trilhar com os pés bem assentos no chão. Continuaremos a Unir para Fazer hoje, mas também amanhã e também além de amanhã.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:01':14")

«Muito obrigado. Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:01':36")

«Obrigado, Senhor Presidente. Eu começaria pelo fim, agradecendo aqui ao Senhor Professor Rui Rufino todas as referências e esteve muito bem. Esteve muito bem. É isso que nos encoraja a continuar e a fazer mais e melhor por esta terra, por estes 73 km quadrados que nos unem a todos num projeto comum, em que alguns tentam distorcer aquilo que também se está a fazer, se calhar para benefício próprio e não da comunidade.

Mas eu quando olho para aquilo que o nosso Presidente da Junta fez referência no primeiro da sua intervenção, gostaria de saber se também consegue cumprir com os timings na execução das suas obras. E se tem feito, claramente, o trabalho de casa para que não se lamente continuamente que correu mal por aqui ou correu mal por ali. E, portanto, dar-lhe-ia em troca que não faltou nada na festa para que a festa se executasse. O senhor cria uma tempestade, normalmente, num copo de água. Ainda se está a rir para mim? Não? Muito bem. E, portanto, estamos também confiantes que aquilo que possa estar, como muitas outras coisas que encontramos neste território, estragado, destruído ou que sejam arbustos que já não tenham vida há muitos anos, estamos a substituí-los e a tratá-los. Enquanto Presidente da Junta também o fiz. Não sei se o senhor tem feito, mas deixo-o também ao seu cuidado. Pode melhorar a sua freguesia muito mais. Tem urbanizações, em frente ao Ninho do Cuco, que já deviam ter árvores naquelas caldeiras todas. Pode fazê-lo. Foi também fechado esse projeto com a Câmara Municipal de Ílhavo, mas está muito mau. Estão lá, agora, a construir duas casas, portanto, deixar-lhe-ia, também, algumas recomendações. Mas eu não gosto de apontar determinadas coisas. O Senhor Presidente, anda no terreno. Nunca o fiz a nenhum Presidente da Câmara e percebo perfeitamente onde o senhor quer chegar. E, portanto, também lhe gostava de dizer, porque tenho que lhe responder, porque acho que lhe devo responder também, a festa foi um sucesso. Eu penso que o prado que foi posto foi prado de sequeiro e, portanto, para sarar o período sequeiro que tem que passar e quando tiver humidade no solo ele regenera e ficará verde. E nós trataremos dele porque sabe bem que não é desmazelo da parte da Câmara, porque, em frente a esse mesmo espaço que o senhor tanto contestou e justificou o seu trabalho anterior com o anterior executivo, tem lá um jardim que foi tratado, foi conservado, foram postos arbustos novos, as árvores foram limpas, foram tratadas e fazemos a verificação quinzenal disso tudo. Portanto, não percebo muito bem onde é que quer chegar.

Relativamente à comunicação, já lhe respondi no último dia e penso que também não faz parte da atividade, mas, por via das dúvidas, não tenho nada para lhe responder. Relativamente ao processo da Creche. Esse processo está-se a desenrolar, gostaríamos que houvesse uma empresa que concorresse. E, depois, temos esse trabalho feito. Definiremos com quem representa a Assembleia da Associação que está lá e consigo, também, dando-lhe uma satisfação dos resultados daquilo, porque prezei muito o seu trabalho, antes, para que avançássemos para este projeto. Temos, neste momento, luz verde sobre o projeto, mas precisamos de ter um empreiteiro para o realizar connosco. Portanto, relativamente ao resto não tenho mais nenhuma referência a fazer.

Quanto ao senhor Carlos Pedro. Eu gostava de lhe dizer algumas coisas e, se calhar, uma vez que teve o cuidado de ver a Assembleia em que esteve presente, pode também perder um bocadinho e ver outras e verá que, hoje, muitas das coisas que manifestou aqui tiveram já resposta em muitas outras Assembleias, incluindo aquelas onde discutimos o Orçamento Municipal.

Eu vou lhe dizer. Olhe. A Câmara tem procedimentos a decorrer na ordem de 26.394.000 euros. Tem, neste caso, um procedimento, já o vi aqui falar na última reunião, não está aqui na atividade, portanto não o vou referir, mas relativamente a esta questão, as sondagens para o projeto da futura Biblioteca Gastronómica e da Ponte da Vista Alegre, estão referidas também neste documento. O arruamento de acesso ao Centro Escolar da Gafanha de Aquém,

em segunda fase, por via da obra com a Aquém Renasce está lá fazer, a requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Ílhavo e o da Gafanha da Nazaré, as duas EB 23 da cidade da Gafanha da Nazaré e da cidade de Ílhavo, e a escola Secundária de Ílhavo, também. As águas residuais da Gafanha de Aquém e da Boavista. Portanto, só falamos aqui em 26 milhões de euros.

Procedimentos em análise, temos ainda a requalificação da Escola Professor Fernando Martins, que no valor de 2.8 milhões de euros. Procedimentos em execução, elaboração do projeto de reparação de retenção na Marginal e colocação de trapiches na marina da Gafanha da Nazaré, 18.000 euros. Elaboração de projeto de execução da requalificação da entrada poente do cemitério Ílhavo, de um projeto, 5.000 euros. Elaboração do projeto de execução da rotunda adjacente ao Centro de Saúde 15.000 euros. Elaboração do projeto de execução para o edifício no Cais da Malhada, Biblioteca Gastronómica, 69.000 euros. Elaboração do projeto de execução da construção da Escola Básica do 1.º Ciclo, na Gafanha da Encarnação Norte, 74.000 euros. A ponte da Vista Alegre, 50.000 euros. O parque urbano da Praia da Barra, 72.000 euros. A elaboração do projeto de execução da envolvente do edifício do Cais da Malhada, mais 13.000 euros. A elaboração do projeto do novo posto de turismo da Costa Nova, 60.000. A realização de sondagens aos terrenos onde se prevê a construção de habitação social, e aqui surge a resposta para o que o senhor quer. Nós não encontramos uma bolsa de terrenos na Câmara que nos permitisse, na Estratégia Local da Habitação, resolver aquilo que queríamos fazer pela Estratégia. Portanto, tivemos que adquirir terrenos e, portanto, dentro do nosso orçamento pode ver, muitas vezes, aquisição de terrenos e tem lá os valores. O que estamos aqui é a demonstrar isto.

A elaboração do projeto do novo posto de turismo da Costa Nova e a sua envolvente, e também a produção e montagem de mobiliário, também para o posto de turismo, que tem aqui uma envolvente que soma 451.000 euros no total. Mas depois temos já também o prolongamento aqui da rua de acesso à escola de Ílhavo, nomeadamente a EB 2,3, no valor de 228.000 euros, e da Gafanha da Nazaré, 313.000 euros. A Piscina Municipal de Ílhavo, a reabilitação das suas fechadas, que eu penso que desde a sua construção nunca levou nenhum tratamento, nem a sua cobertura, e estes dois projetos somam 200.000 euros. A reparação dos balneários e as suas salas interiores representam 142.000 euros. A questão do pavilhão Capitão Adriano Nordeste, como já aqui vi referido, aquilo que nós adjudicámos foi a reabilitação da cobertura, da iluminação do pavilhão e da pintura do pavilhão, e, neste momento, temos uma situação, se o senhor consultar o contrato que foi feito com a Civibérica, era fácil porque este contrato já tem alguns anos, e foi um procedimento que foi algum tempo, e via bem uma das cláusulas que nos salvaguarda completamente para aquilo que aconteceu. E, portanto, enquanto a situação não estiver resolvida por parte do empreiteiro com a Câmara Municipal, e não tivermos um acordo, e também, da nossa parte, do nosso advogado e de situações jurídicas não estiver tranquila de forma a avançarmos, recorrendo a um piso novo, se andam, hoje, lá, a tentar reabilitar ou fazer, possivelmente, isso está por conta de alguém, não está por conta da Câmara Municipal. Portanto, admitimos que sim, que queremos dar uma volta ao pavilhão e foi isso que fizemos, foi pôr as mãos à obra e fazer. E, talvez, isto dista muitos anos do último investimento, que foi em 2009, segundo ouvimos aqui, mas se calhar outros tardariam ou não foram feitos. Mas associado a isso, também comprámos dois marcadores eletrónicos no valor de 75.000 euros, um para este pavilhão e outro para o da Gafanha da Nazaré, também decorre a sua montagem, neste mesmo período e que já estão instalados.

Estamos a remodelar aqui o edifício da Câmara Municipal. Não sei se alguma vez teve uma obra de tanta monta, mas temos aqui um valor de 537.000 euros para esta obra, sem revisões, estamos só a dizer o que avançou para a execução. E, também, na Quinta da Valenta, com um processo que estava antigo também e que metemos mãos à obra, que é uma empreitada de 600.000 euros, e também a requalificação exterior desse o loteamento.

Também temos o Fórum da Maior Idade, na Gafanha da Nazaré, com 558.000 euros de obra, que devemos ter na mão a partir de novembro, dezembro, se não houver atrasos de obra. As águas residuais da Gafanha da Encarnação, nomeadamente o PAR 012, com cinco milhões e meio, e as da Gafanha do Carmo, que é o PAR 013, com 3.000.520.

Portanto, apresentei-lhe aqui mais de 11 milhões que somam 4.439 milhões de investimento para justificar aquilo que o senhor diz que não sei, não sei o que é que vou fazer com tanto dinheiro, que estou a amealhar. Portanto, isto é o resultado. Analisando também aquilo que é um orçamento plurianual, podemos ver como é que está distribuído no orçamento da Câmara e se vier alguma revisão à Câmara, melhor análise tem do processo.

Na comunicação, eu gostava de lhe dizer também que temos o dever da transparência e, portanto, aquilo que está ali é uma informação dentro daquilo que é o índice que o senhor tem

na atividade. E, portanto, a parte da comunicação entregou-nos e nós transferimos essa informação para a Assembleia, que depois, hoje, está a ser disponibilizada tudo aquilo que se falar a toda a Gente.

O objetivo de ficar sem dívida. Eu já dei o sinal de que tinha a dar o ano passado, relativamente à dívida, porque a dívida tem um valor que é oscilante que é a taxa associada ao pagamento dessa dívida. Eu não sei se na renegociação baixa, sobe ou não. Portanto, não tenho problemas nenhuns, tenho disponibilidade para a baixar, abaixo, se tiver que me endividar, endividado-me. Estamos se calhar, hoje e não no passado, se calhar nos 22% das câmaras das 308 com uma situação financeira mais estável do país, se calhar até estamos em 16º, mas ficamos com essa nota. Estamos a falar em municípios de média dimensão e quando falamos nisto temos que ter em consideração que todos os que estão lá associados. Dos terrenos, já lhe disse. Portanto, não tenho muito mais a dizer.

Relativamente aqui à situação da GNR. Não sei se estava aqui referido pelo Senhor Flor Agostinho, também não sei se o papel, na altura, foi de impressora ou se foi higiénico, portanto, fiquei aqui sem dúvida que papel é que fornecemos na altura à GNR. Também não sinto aqui qualquer vergonha sobre as situações de obras que possam estar concluídas ou por concluir ou porque... não sinto qualquer vergonha. Sinto responsabilidade e sinto capacidade para dar a volta ao problema. Portanto, não tenho qualquer problema e tenho capacidade de diálogo. Tenho tudo isso e mais alguma coisa que o senhor possa imaginar. Acredito que a sua imaginação é fértil e, portanto, não terei muito mais a dizer-lhe sobre essa matéria.

Sobre a Calçada Carlos Paião, eu acho que o senhor Pedro Martins, o senhor doutor Pedro Martins, esteve muito bem. Acho que já lhe deu a resposta, também.

Sobre a Capela da Léguas, penso que são duas coisas distintas. Mas era só dizer-lhe que continuamos com a sinalética vertical, neste caso com os semáforos a trabalhar. Realmente a empreitada de pinturas está bastante atrasada, com muitas referências para o nosso empreiteiro nessa área, e, portanto, ainda não conseguimos fazer aquilo que queríamos fazer, que é construir lá lágrima e fazer. Também não temos conhecimento de qualquer acidente naquela zona e temos sim uma opinião muito favorável das pessoas pelo trabalho que lá se fez, que não foi feito, neste caso, o alcatroamento por nós, portanto, foi por uma empresa, mas o restante trabalho de construção civil foi feito pelos nossos colaboradores da Câmara. Relativamente às lombas, aquilo que for necessário nós vamos pôr realmente. Se me está a perguntar se temos em *stock* ou não. Temos em *stock* material não só para substituir as que existem já estragadas, como se houver a pretensão de outros moradores para ter mais algumas, pois nós faremos isso, mediante os processos de avaliação internos que temos.

Relativamente aos contentores, eu diria-lhe que o plano de paragens já estava definido. Neste momento, até colocámos mais postaletes do que aqueles que eram devidos no projeto inicial. Irei ver com a minha equipa que está ligada à Autoridade Regional de Transportes o que se está a passar, pode haver aqui um ajuste que se tenha que fazer. Agradeço-lhe a referência. Sobre a rua dos Bichaneiras, também vou ver o que é que se passa com as bichaneiras. Vou ver lá qual é o problema que está lá. De qualquer maneira, também temos aqui o senhor Presidente da Junta de São Salvador que poderá dar as referências que quiser sobre a limpeza urbana que vai fazendo paralelamente com as nossas e, portanto, se tivermos que articular aqui algum trabalho, articulamos.

A vaia do Rio de Ílhavo, concordo consigo. Tem há algum tempo mostrado que não tem tido o cuidado necessário. Nós esperamos que a SUMA, que foi sempre ela que fez esse trabalho, tenha a disponibilidade para fazer esse trabalho e, portanto, aguardo que a nossa equipa que está ligada ao contrato da SUMA consiga que aqueles quatro trabalhadores, que estão afetos a uma atividade semanal, façam esse trabalho, porque foram sempre eles que o fizeram, e, portanto, estará incumbido por aí.

E relativamente aos elevadores, acho que até lhe fica um bocadito mal essa referência, mas poderei, agora, com outra resposta sua ou outra participação sua, ouvir mais qualquer coisa. Mas sabe que é um problema crónico, não é um problema de hoje. Já falámos aqui tantas vezes sobre isso, em anteriores mandatos e agora. Nós não temos realmente referência dessa avaria dos equipamentos. Não temos referência. Eu confirmei aqui com o Senhor Vereador. De qualquer maneira, vamos ver isso se houve alguma inatividade dos mesmos, e se foi resolvida no imediato ou não, e depois daremos nota para que tenhamos o melhor resultado possível.

Sobre o senhor Pedro Martins. Eu relativamente a esta questão da atividade, Senhor Pedro Martins, nós temos, mais ou menos, uma disciplina interna de programar isto ao mês. Portanto, não era fácil para nós no período de férias, de muitas das equipas que estão na Câmara, ter feito também a atividade do mês de agosto. E, portanto, na próxima atividade

traremos isso. Se não ficou justificado, mas é esta a justificação. Nós entendemos que era mais tranquilo para todas as equipas incluir estes dois meses e fazer esse trabalho de uma vez só.

Relativamente àquilo que me falou da Costa Nova, tem razão em tudo o que diz. Nós realmente queríamos perceber se era ou não possível essa situação. E para surpresa minha, também no decorrer deste ano, já tive uma ou duas, se calhar três reuniões, estive aqui a ver, mas pelo menos duas com uma equipa que quer reativar a associação que utilizava aquele campo. Estão a tentar entregar toda a documentação necessária para que a associação se vincule novamente no nosso regime das associações para, depois, então gerar uma atividade lá aos domingos ou aos sábados, para miúdos jogarem futebol. Portanto, aguardamos que eles tenham essas iniciativas e depois voltaremos a falar sobre essa situação.

E é tudo, Senhor Presidente, muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:18':50")

«Muito obrigado. Abro agora a segunda ronda de inscrições. PSD? Temos o Luís Diamantino, Carlos Pedro, Flor Agostinho e temos o Augusto Rocha. Do Chega? O Sérgio Louro. Do PS alguma inscrição? Pedro Martins. Do Unir Para Fazer? José Pinto Reis.

Muito bem, então vamos começar pelo deputado Luís Diamantino, por favor.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (01:19':52")

«Ora bem, vou ser rápido. Caro Presidente, só reforçar uma ideia que já lhe disse há uns tempos. Eu não estava a sorrir para si, não faça passar essa ideia que eu estava minimamente a tentar usar a gozar consigo. Por amor de Deus. Se há coisa que pode esperar de mim é o combate político, às vezes mais rude, mais abrutalhado, mas a frontalidade será sempre assim. E nunca lhe faltaria ao respeito. Caro Presidente, vamos já esclarecer isso.

Ora bem, o Presidente falou que sobre a comunicação não dizia nada, mas eu relembro que, não fazendo a parte da atividade, Senhor Presidente respondeu-me a mim, um assunto do PAOD no ponto 4. Foi só por isso que eu também trouxe cá.

Diz que no passado, também disse na reunião passada que eu estou perdido. E eu hoje fiquei mesmo perdido. Eu sou responsável pelos Espaços Verdes e tenho de tratar das árvores em frente ao Ninho do Cuco, passe a publicidade ou não? Fiquei perdido. Sou responsável? Não sou? É que não sei como é que estamos.

Sobre a creche, agradeço a sua resposta, levarei às pessoas que me questionaram e reafirmo aqui a disponibilidade para, se achar que o edifício da Junta possa ser útil, na altura, e se reúne as condições, abuse da nossa sede da Junta de Freguesia.

Para terminar. Diz que sabe onde é que quero chegar. Olhe, hoje quero chegar a casa, são e salvo porque amanhã é um dia de festa para mim. E já agora, aproveitando aí o assunto que o senhor referenciou, também preciso, assim que possível, também já referenciei ao senhor Vereador, também precisamos que se façam pinturas, na nossa freguesia, de passadeiras, assim que possível. O senhor Vereador já sabe, acredito que não seja fácil acudir a todos, mas assim que possível, agradeço.»

Carlos Pedro, Grupo Municipal do PSD: (01:21':54")

«Eu ouvi com atenção o Senhor Presidente do Executivo, mas a questão é que não respondeu às questões que eu lhe coloquei. Eu perguntei se os projetos cofinanciados e em execução, que são as 3 escolas, em que fase é que estavam. Porque ainda não foram pedidos adiantamento, portanto, foram não foram pedidos de pagamento e, portanto, eventualmente, não há pagamentos. Se não há pagamentos significa que as obras não iniciaram, não respondeu, tirando as outras.

E sobre a tabela dos projetos aprovados e em conclusão quantos em número e valores transitaram do Executivo anterior, já que em fase de conclusão pelo dito valor de 255.000 euros, parece que a execução está só de 3%. Eu pergunto, eu fiz uma pergunta e o Senhor Presidente não respondeu. Esteve-me a falar de outros projetos que não estão no relatório, mas não respondeu a estas perguntas.

E, portanto, as perguntas são muito simples, muito claras, muito objetivas. Não tenho nenhuma dúvida sobre as perguntas. Apontou e eu agradecia, se quiser, se puder, acho que era importante para nós responder a questões muito evidentes e não andar a dispersar sobre outro tipo de obras que não estão no relatório de contas. Muito obrigado. No relatório de atividades, peço desculpa.»

Augusto Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação (PSD): (01:23:31")

«Obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos. Eu só venho aqui fazer a intervenção, neste ponto, porque o Pedro Martins abordou uma questão da minha freguesia. Já ouvi o nosso Presidente, aqui, justificar, de certa forma, o ponto. Bem ou mal é um assunto camarário, evidentemente, e a questão foi colocada à Câmara.

A minha questão não é propriamente para o Executivo, e se o Pedro, depois, me quiser esclarecer, esclarece. Se não, também não é obrigado a isso. É que eu fiquei admirado que posta esta situação na Assembleia de Freguesia, o Partido Socialista disse exatamente o que o Pedro Martins, aqui, em nome da bancada do Partido Socialista, disse. Que eram contra o parque das caravanas e as caravanas lá estacionadas. E eu ,pedi ao Presidente da Mesa para, efetivamente, guardar estas palavras do Partido Socialista em como o Partido Socialista e a sua bancada eram contra o estacionamento das caravanas no local do campo de futebol inutilizado, ou seja, sem qualquer utilização há 15 anos. Muito me espantou depois que o responsável da bancada do PS na Assembleia de Freguesia, disse “não, nós somos a favor, não há problema nenhuma delas de lá estarem, nós só somos contra o procedimento que foi tomado ou que não foi tomado ou que deveria ter sido tomado”. Portanto, era só para esclarecer isto. Se, efetivamente, o Partido Socialista é contra ou não o estacionamento das caravanas no parque de futebol que não está em utilização para podermos esclarecer a população. Obrigado.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (01:25:44")

«Muito rápido. É para agradecer ao Senhor Presidente as respostas. Felizmente, hoje, tive resposta.

E, depois, lembrar aqui o Pedro que o Executivo anterior já foi julgado, acabou, não está cá, desapareceu, julgou, perdeu. E lembrar o Pedro que ainda hoje acabámos de ouvir aqui dizer que o Unir Para Fazer tem como prioridade, que o centro das preocupações são as pessoas. E eu vim aqui dizer que as situações que estão a registar-se no centro de Ílhavo, nos últimos 3 anos, têm aumentado de gravidade. O Pedro não se lembra no anterior de haver esfaqueamentos ou lembra? Houve, já lá. O Pedro não se lembra de vir cá o 112 sistematicamente e vem cá sistematicamente. Os problemas antigamente era som era ruído e o que eu vim aqui dizer é que a situação pode vir a agravar, no futuro, se não a acautelarmos. É só isso.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (01:26:59")

«Boa noite a todos e aos que nos assistem lá em casa. Venho retomar o assunto da denúncia de vários municípios relativamente à má utilização dos equipamentos. E investiguei um pouco mais e há indícios que, em concreto os abrigos para as artes de pesca que têm amarração no cais lá na Costa Nova, que esses abrigos inclusivamente há abrigos desses a serem subalugados no verão, famílias da Costa Nova que vão para lá dormir e alugam as suas casas para fazer mais algum, claro. E, portanto, com estas denúncias, o Executivo, que foi eleito pelos municípios deve zelar e deve apurar se as coisas assim são. E ao ser verdade este tipo de situações, tem que tomar medidas e, portanto, cessar a concessão dos mesmos abrigos às pessoas singulares e/ou coletivas que os estão a utilizar atualmente. Porque depois vêm aqui pessoas fazer denúncias e vêm requerer a utilização de equipamentos que não estão a ser usados para os fins para os quais foram feitos, mas para outros fins que não interessam propriamente.

Também foi falado nos elevadores. Há algum tempo atrás falei no elevador da piscina da cidade da Gafanha de Nazaré, que está avariado e gostaria de saber se por acaso, entretanto, já foi tomada alguma medida relativamente a isso.

Também gostaria de saber como é que está o projeto da rede de postos de carga pelo município. O projeto foi muito interessante na altura, quando foi divulgado com o apoio de alguma forma de toda a gente aqui presente, mas a verdade é que, passado estes meses, continuamos sem ter essa infraestrutura. E toda a gente pode ver que cada vez mais existem veículos elétricos, portanto, das pessoas que cá moram e das pessoas que nos vêm visitar. E, portanto, parece-me, a mim, que esta rede tem que sair do papel e passar à prática, mas está um parto difícil, diria eu. Não estou com isto a dizer que é da responsabilidade da Câmara. Queria só saber, realmente, por parte do Executivo, saber como é que estava esse ponto de situação.

O Executivo, também, na última reunião pediu sugestões para resolver o grave problema do estacionamento no verão nas praias, nomeadamente na Barra. E, realmente, eu tenho aqui uma sugestão, foi isso que foi pedido, vale o que vale. Tenho aqui uma sugestão. O Executivo, depois, ouve e implementa, se assim quiser. Eu recorde-me de ter visto uma situação muito

inovadora na praia da Barra, que era quem entrava, conseguia saber quantos lugares disponíveis ainda existiam. Para o meu espanto, morreu. Não estou a dizer que é a responsabilidade deste Executivo. Eu penso que aquilo já está parado há algum tempo, mas uma das possibilidades era realmente reativar aquilo no próximo verão. E, porque não, limitar o número de carros que podem entrar e sair na praia da Barra, que é o mais complicado, porque só tem uma entrada e saída, não é? E, portanto, realmente, tem que se fazer alguma coisa. Ainda bem que temos muita gente a querer utilizar a praia da Barra, mas realmente alguma coisa tem que ser feita.

Na última sessão também falei nos tratamentos de exceção relativamente à rua, à sinalética de ruas na Barra e não obtive qualquer resposta por parte do Executivo. Eu quero saber porque é que há ruas que estão com acesso condicionado apenas a pessoas que lá moram? Não consigo perceber esse tratamento de exceção e não consegui ouvir nenhuma resposta na anterior reunião. Portanto, agradecia realmente a resposta. Eu testemunhei, aqui, que eu fui vítima de um dos moradores que me ameaçou riscar o carro e isso acho que é inaceitável. E essa pessoa só se retratou quando eu disse que era autarca e que discordava plenamente do que ele estava a dizer e que eu estava no espaço público. Mas não... estava num espaço afeto à sua utilização e de mais uns vizinhos. Estou a falar concretamente na entrada da Barra, na Quinta da Barra, no prédio mais a norte. Tem uns prédios paralelos à entrada da estrada e depois tem um prédio mais a norte e na parte de trás foi lá posta uma sinalética. Eu não percebo porque é que está tapada por aquela árvore, mas efetivamente está lá. O homem não deixa de ter a sua razão. Eu também não deixo de ter a minha. Aquilo é um espaço público. Eu senti-me na liberdade de lá estacionar. Depois não tinha, até nem tinha mais onde estacionar. Muito obrigado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (01:32':37")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Começando pelo fim, relativamente à questão que foi aqui colocada pelo Augusto, Presidente da Junta da Gafanha da Encarnação. Nós estamos na Assembleia Municipal, nós não estamos na Assembleia de Freguesia da Gafanha da Encarnação. Estamos na Assembleia Municipal. Portanto, e eu ainda há pouco, na minha intervenção, eu não teci nenhuma consideração acerca da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, nem do Presidente da Junta da Encarnação. Foi simplesmente relativamente à Câmara Municipal, mas também que fique muito claro. Aquilo que ouviu de mim é a posição do PS sobre esta matéria. Que não haja dúvida absolutamente nenhuma que a posição do PS sobre esta matéria foi aquela que eu veiculei há instantes atrás. Ou seja, pelo ambiente, pelas agressões ambientais. Sobre isso também não haja dúvida nenhuma. Nós entendemos que autocaravanas em duna primária não deviam ser permitidas. Isso também é muito claro. Agora, nós não temos nada contra as autocaravanas e contra quem faz turismo e quem viaja dessa maneira. Achamos que Ílhavo, o Executivo, que é o Executivo que tem que, digamos, tem essa competência, deve encontrar soluções para as autocaravanas. Como já em tempos, houve as questões na praia da Barra e daquela zona onde elas costumam estacionar, como também o seu companheiro que está ao seu lado, o Presidente Carlos António, sabe, também, que é preciso encontrar soluções para as coisas. Portanto, as autocaravanas têm que ter uma solução. Agora, ali não. É esta a posição do PS em Ílhavo. Mais a sul, eventualmente, mais a sul, porque, efetivamente, nós não queremos ostracizar as autocaravanas. Quando nós defendemos que a Praia da Costa Nova é uma praia de eleição e, portanto, achamos que deve ter um determinado tipo de turismo, enfim, achamos que as caravanas devem ter outro tipo de enquadramento. Foi só isso.

Relativamente aqui à intervenção que acabei de ouvir do nosso membro da Assembleia Municipal, Rufino. Eu gosto sempre de ouvir esses discursos que eu também às vezes caio um pouco nisso, nesses discursos um pouco, se me permite redondos, laudatórios, bem preparados. Mas a cultura em Ílhavo não começou há 3 anos. As manifestações culturais em Ílhavo não começaram há 3 anos. Têm tempo. A Casa da Cultura de Ílhavo não foi inaugurada há 3 anos, nem o teatro da Vista Alegre, nem o Festival do Bacalhau, nem todas as manifestações populares culturais desta nossa grande terra não começaram há 3 anos. Claro, eu compreendo que o Unir Para Fazer se queira apropriar do bem que esta terra tem. É natural, é o poder e quer também perpetuar-se nesse bom sentido para continuar a governar. Mas convenhamos que apontar elogiar, digamos, que nós percebemos, centrando, digamos, esses elogios nos últimos 3 anos, bem, então fica muita coisa de fora e não pode ficar muita coisa de fora, porque mesmo sendo eu do PS, tendo estado a maior parte da minha vida na oposição, eu também tenho que reconhecer que os executivos anteriores do partido que estive antes de vós também fizeram coisas, como é evidente. Olhe, por exemplo, as marchas populares. As marchas populares acabaram no anterior mandato. Como vocês governam

colocando o foco nas pessoas, era interessante que este Executivo conseguisse trazer de volta, passe a redundância, trazer as marchas populares. Porque não? houve algum investimento nesse sentido? É ver o que é que falta, é ver o que é que deixou de existir, porque o que já existia. A biblioteca, que ainda há poucos dias fez anos 19 anos ou 20 anos, que grande ação cultural que desenvolve a biblioteca. Não foi há 3 anos. Foi há 19 anos para cá. Portanto, também convém ter algum reconhecimento de que esta terra não se está a fazer desde 2021 para cá. Também temos de ser um bocadinho sérios nisto. E a Rádio Faneca, por exemplo, também estou agora a recordar, também não começou há 3 anos. Pronto, ok. Tudo bem, já passei a mensagem, não vou insistir.

Voltando aqui à atividade municipal. Bem, eu gostava de recordar. Às vezes lembro-me disto. Eu não sei se vocês se recordam de quem foi o Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo que inaugurou o Centro de Saúde de Ílhavo? Olhem, infelizmente, pouco lhe valeu porque nas eleições seguintes perdeu as eleições. Inaugurou o Centro Saúde e as coisas não correram bem e perdeu as eleições. Portanto, Senhor Presidente, pode elencar a obra toda, pode elencar os projetos, os concursos públicos, os investimentos, mas não se fie na virgem, quer dizer. Pronto. Porque de qualquer maneira, atenção, neste mandato também não vai ser possível porque não há tempo para inaugurar.

Ora bem, eu gostava de sublinhar aquilo que também já disse, porque, muitas vezes, entendem-nos como alguém que só vem dizer mal aqui. Bem, nós não vimos dizer mal, nós tentamos é que, realmente, as coisas andem para a frente, pelo menos, procurando incentivar, enfim, às vezes melhor, outras vezes de formas menos adequadas, enfim.

Ainda na terça-feira, acho que falei nisto, o que é importante é colocar os centros de saúde e a extensão da Gafanha da Nazaré em funcionamento com novas instalações, ampliados, com melhor qualidade nos serviços, etc., etc. Isso é que é importante. E não vai ser para este mandato, infelizmente, porque todos nós de certeza gostaríamos que essas obras fossem inauguradas o mais rapidamente possível. E não vai ser possível, nós sabemos. Com muita pena nossa, parecendo que não, mas com muita pena nossa. E nas escolas a mesma coisa, as escolas também já deviam estar reabilitadas. Bem, eu sei que não era possível neste mandato, porque as verbas que vêm para estas obras... e também compreendo que haja uma certa apropriação desses méritos. Há. Há mérito em colocar as equipas a trabalhar, os projetistas, abrir os concursos, trabalhar. Há mérito. Eu Não quero tirar esse mérito à Câmara Municipal e a todos os técnicos que trabalham nestes projetos. Agora, não nos esqueçamos, já agora, que quem preparou o financiamento, quem permitiu o financiamento destas obras através do PRR foi um Governo do PS que alocou verbas para os centros de saúde e com a transferência, a delegação, passe a expressão, de competências para os municípios, aqui concretamente para Ílhavo, permitiu efetivamente que essas obras se executassem.

A esse propósito, aqui o texto diz aqui, o município, aqui o texto da atividade, diz a propósito dos centros de saúde: "o município de Ílhavo garantiu já um financiamento de 4.420.000 euros, via PRR, para as obras dos centros de saúde". Bem, garantiu. Eu acho que está tudo garantido. Acho que aqui há uma, digamos, estará mal expresso isto que está aqui, quer dizer, garantiu apenas 4.420.000 até agora. Não, a verba toda está garantida para os centros de saúde. Não está? Bem, eu julgo que estava, e essa foi uma condição para Ílhavo assumir essa competência. Portanto, vamos ver então como é que está esse financiamento?

Bem, olhe, o PS, o Governo PS também garantiu isso tudo e também já não está no poder. Portanto, o poder é uma coisa muito etérea, é uma coisa muito... escapa-nos das mãos, muitas vezes, sem percebermos como. É o voto. E, portanto, de qualquer maneira, o que nós queremos, sim senhor, projetos, concursos lançados, avaliação das melhores propostas, dos melhores preços, adjudicar e contratar. Tudo isso, eventualmente ouvi aí tribunais, vamos esperar que não. Mas que a obra se faça e que esteja no terreno. É isso que todos pretendemos e acho que no fundo, é para isso que todos cá estamos muito obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (01:41':38")

«Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia. Boa noite ao Executivo. Boa noite aos senhores Deputados.

Vamos lá ver se eu me consigo, se eu consigo explicar nos 17 minutos que tenho.

Bem, aprendi uma coisa, algumas coisas aqui, novas, nomeadamente que o autocaravanismo retira o nível turístico de uma localidade que o recebe, porque em vez de termos 6 estrelas, passaremos a 5. Uma imagem do autocaravanismo que já não se usa. Já não se usa, acho que é um setor de atividade que todos os municípios devem acarinhar e devem criar condições para que eles aconteçam. Tem sido feito, o Senhor Presidente da Câmara, quando Presidente da Junta, já o fez. Existem outros espaços que têm vindo a ser feitos e acho muito bem que assim continue e que seja dado o enquadramento devido, porque não acho que

retirem nível a quem quer que seja. Em teoria. Se depois forem más práticas, logicamente que tudo o que forem más práticas retiram prestígio e bom nome.

Em relação àquilo que é a Calçada Carlos Paião. Eu moro em Ílhavo há uns anos e, provavelmente quando estamos numa posição, hoje, junto ao poder, se calhar não estou, desculpo os fenómenos ou não sou tão sensível aos fenómenos de violência que dizem acontecer e que acontecem na calçada. Mas no passado esses fenómenos existiam e eram tão graves ou mais do que agora. Sempre foram cíclicos. Em determinadas alturas, eram piores, melhoravam, eram pior, melhoravam e isso foi sempre algo. Provavelmente a posição em que cada um está no momento altera a sua visão das coisas. Antes de entrar naquilo que cá me trouxe, diria, em relação ao Pedro Martins, que trouxe aqui um assunto que dará uma discussão bem alargada, que é a questão das marchas populares. Eu posso concordar com a dinamização das marchas populares. Agora, se tal vier a acontecer não é porque a população sinta essa necessidade e eu posso ser acusado ou posso ser sacrificado por esta minha expressão, mas não há marchas populares de iniciativa popular no nosso município. A não ser uma associação que ainda vai dinamizando alguma coisa. Ou seja, as marchas populares no passado, provavelmente, só existiam porque existia a vontade do Executivo e estas coisas têm também vir da população. Não é fazer um evento muito bonito ou impô-lo muito bonito. E para isso, pagar todas as verbas e pagar tudo aquilo e mais alguma coisa, e quase que condicionar a atividade dessas associações levando-as a organizar esse tipo de eventos.

Entrando, agora, naquilo que cá me trouxe e tendo em conta aquilo que eram as intervenções há uns anos atrás, há dois anos e meio atrás, e aquilo que são hoje, estamos a inverter aqui um pouco as situações. No passado, nós vínhamos falar de lombas e de passeios e de arruamentos. Hoje já não somos nós que falamos nesse tipo de obras e de necessidades que são muito importantes e que devem ser comunicadas ao Executivo. Mas no passado, e Senhor Presidente começaria com algumas questões, no passado fomos acusados de não termos capacidade de captar fundos comunitários. Das minhas contas de “2+3” julgo que já estão captados algumas dezenas de milhões de euros. Gostaria que o Senhor Presidente pudesse fazer esse somatório e nos dar essa informação, porque faz parte da atividade, se grande parte dessas intervenções, dessas obras, qual é a capacidade, qual foi a capacidade e se houver alguma indicação de comparativa com restantes Executivos, também seria interessante que a população soubesse.

Está na atividade também a questão relacionada com o novo ou o segundo concurso do saneamento da Gafanha do Carmo. E também está em discussão ou está nos últimos dias, foi falado o lançamento do concurso da Gafanha da Boavista. E eu perguntava ao Senhor Presidente depois destas obras, qual será a percentagem que teremos de cobertura de saneamento no nosso município?

Fala-se também nesta atividade naquilo que é a Biblioteca Gastronómica. Gostaria de saber um pouco mais a esse respeito. Se nos pudesse informar de que é que se trata e o que é que podemos esperar desta iniciativa.

Também no passado éramos referidos que não havia um arruamento, não havia novas centralidades. Julgo que estão em construção, e faz parte da atividade, algumas execuções de alguns armamentos. Gostaria que o Senhor Presidente nos dissesse, por favor, quantos arruamentos, neste momento, estão em curso?

Também em relação às zonas de desporto e lazer. Eu, daquilo que me recorde, dos últimos meses, e que está na atividade, existem várias intervenções nessas áreas de desporto e lazer, seja de utilização pelos clubes, seja de utilização pela população em geral. Tem o Executivo o número de zonas de desporto e lazer que intervencionou, desde a sua tomada de posse? E no fundo, no final, esperando que aquilo que tem sido a gestão financeira e de pagamentos aos fornecedores que, felizmente, a nível nacional, tem melhorado e todos os municípios têm pautado os seus níveis de cumprimento e de respeito para com os fornecedores de uma forma muito diferente daquilo que vinha a acontecer, fruto também de alguma alteração legislativa, mas que este município tem dado passos mais à frente, perguntar se temos sentido isso na participação nas empreitadas e nos concursos que foram lançados. Temos visto que um ou outro tem ficado deserto. Também, reconheçamos que são frentes de obras, bastantes frentes de obra que estarão em concurso. E gostaria de saber se tem algumas expectativas ou qual é a visão que tem sobre esta participação dos empreiteiros naquelas que são as empreitadas que o Executivo tem que lançar.

Resumidamente, hoje estamos aqui a olhar para o futuro, respeitando aquilo que sempre fizemos no compromisso, respeitando o que vem de trás, respeitando tudo aquilo que é o legado, a mochila, boa e má, mas inovando e perspetivando o futuro. Obras como a Estratégia Local de Habitação, aquilo que são os investimentos nos nossos centros de saúde e extensão

de saúde e nas nossas escolas. Independentemente de serem um desejo de todos, tiveram que ser trabalhadas neste ano, neste mandato. Será uma vitória de todos, assim que chegarmos a bom porto. E não esqueçamos, ouvir que nos últimos três anos, quem geriu foi UPF para o bem e para o mal. Não foi só para o mal, na visão de alguns, não foi só para o bem na visão de outros, foi por tudo. E é por isso que aqui estamos e é por isso que queremos melhorar todos os dias e temos mais um ano pela frente e veremos aquilo que a população nos vai dizer dentro de um ano. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:52':16")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:52':22")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Queria deixar uma nota de referência bastante importante para todas as pessoas da Gafanha do Carmo. Queremos continuar a tratar da melhor forma essa freguesia. Portanto, trataremos muito melhor as pinturas que estão após a execução da obra de saneamento, que irá reformular completamente muitas das estruturas viárias que temos na localidade, e também iremos ver as pinturas que o Senhor Presidente refere. Não podemos esquecer a obra de reabilitação do pavilhão que já foi feita, o centro cívico, a recente obra do da casa do Guarda, que eu acho que ela ainda vai ressuscitar também, e também a questão da rua dos Extremos também. Mas temos também a creche e outras operações e, portanto, espero que a comunidade fique grata também por esse trabalho, que tem uma execução de três anos, e que iremos, agora, arrancar só no próximo mês, ainda um mês e tal de distância, para o nosso quarto ano.

Quanto ao senhor Carlos Pedro. Eu não consigo perceber muito bem as suas dúvidas. Tenho alguma dificuldade de perceber se o senhor, e eu acho que trabalha bastante com fundos comunitários, a parte daquilo que é financiado e que tem, no fundo, um valor de obra e, depois, tem uma parte financiada, portanto, a parte elegível e, portanto, é isso que está no mapa, é só olhar para os cabeçalhos, identifica-se, perfeitamente, nessa tabela de projeto.

Só uma nota relativamente ao Presidente Augusto Rocha. Nós não queremos destruir nada, Senhor Pedro Martins, nem queremos destruir, nem vandalizar nada. Nós gostaríamos todos, e em especial os dois presidentes de Junta que têm vindo a debater connosco este tema das autocaravanas, que houvesse mais civismo da parte dos autocaravanistas. Porque há áreas, realmente, o senhor Presidente da Junta já construiu uma área, também na Costa Nova, com o apoio da Câmara Municipal, e que também já sofreu algumas ações de vandalismo. O que nós queremos dar resposta é mesmo àqueles que nos procuram da melhor forma. E dizia a si e ao senhor Sérgio Louro, que só se pusermos uma barreira, mas então congestionamos a A25 toda, porque ninguém mais entra em lado nenhum. Pomos uma barreira ali e do lado, porque depois temos acondicionando também de quem vem da vagueira, temos outra barreira. A vagueira ainda temos uma extensão, portanto, para dar um bocadinho mais de vida, se calhar, aos nossos colegas, eles agradecem. Mas na Barra não vejo, até porque quem entrar na Barra só tem uma hipótese, é ir um bocadinho mais à frente e entrar, fazer um círculo, não pode sair logo para a A25. Tem que ir ali ao antigo "opção bar", cortar à esquerda e depois entrar outra vez na Avenida ao pé do Montepio. Não estou a ver como é que isso se resolve, mas eu acho que nós temos mesmo que voltar aos meios suaves e, se calhar, levar a bicicleta e arranjar um suporte. Deixar ali no Oudinot, enquanto tivemos também estacionamento no oudinot, porque já está muito condicionado também ao fim de semana pela utilização do parque de merendas e não só. Posso-lhe dizer que, por exemplo, o Museu Marítimo, neste momento, e o navio Santo André, neste momento, já vão quase com 50 mil visitas, quase a par um com o outro, portanto, vejam o volume de visita que temos no Navio, neste momento. Mas vamos continuar atentos a isso.

Sobre o sistema, não lhe queria dizer muito. Conheci o princípio do sistema, mas penso que aquilo nunca vai funcionar. Outros podem existir. Penso que o trabalho que o senhor Vereador fez, na avenida principal da Barra, está a dar resultados. Pelo menos não tem havido manifestações que tenham chegado até nós, mas é natural que possa haver outros rumores e que também quando incitámos esse tipo de conversas nos deem resposta sobre ela. Mas pelo menos, naturalmente, não temos sentido nada sobre essa transformação que nós fizemos, em projeto piloto associado às nossas autoridades.

O elevador da piscina da Nazaré era utilizado frequentemente para umas aulas que nós tínhamos ali e umas massagens também que tínhamos ali. Esse trabalho não está a ser feito,

portanto, não tem sido utilizado, mas dar-lhe-ei resposta, não temos aqui agora presente o ponto de situação, mas dar-lhe-ei resposta sobre isso pessoalmente, na próxima semana.

Sobre os pontos de carga no município para carros elétricos. A E-redes tem aqui uma importância fundamental na gestão deste processo, para que este processo tenha sucesso, e já foram passadas algumas licenças e, portanto, esperamos no próximo trimestre dar-lhe algumas novidades sobre isto. As ruas condicionadas e muitas outras, não é só ali na Barra que há ruas condicionadas, aquela realmente é para acesso só às garagens dos prédios e, portanto, tem lá o sinal. Temos que o respeitar.

Relativamente ao senhor Pedro Martins. Penso que já lhe respondi relativamente a isso.

Fico muito agradado com a intervenção do Senhor Pinto Reis relativamente a essa matéria das marchas. Acho que é mesmo isso que se tem que interpretar a frio, mesmo sem pensar muito nisso. Era um investimento bastante grande da Câmara Municipal e é claro que o nosso tecido associativo, quando podia, comparecia. O que é certo é que não tem havido essa disponibilidade do tecido associativo para o fazer. Veremos em 2025, o que possa vir por aí. Mas estamos sempre disponíveis para se essa intenção popular existir e também for partilhada com outros, possamos então ter algumas marchas no Município de Ílhavo.

Sobre aquilo que disse, a inauguração do centro de saúde. Eu, por acaso, orgulho-me muito do trabalho que fizemos este ano, aqui, no Feriado Municipal, onde convidámos o doutor Humberto Rocha para ser homenageado. Uma pessoa que eu respeito muito, com quem já tive algum trabalho numa associação a que pertencemos os dois e gostei muito de trabalhar com ele. Espero ter resultados, como ele teve também, na construção. O resto o senhor terá mais experiência em falar sobre isso do que eu, mas deixarei para si esses pensamentos sobre as vitórias e as derrotas.

Colocar os centros de saúde em funcionamento no mandato. Também gostava que percebesse que estamos sobre um PRR. Não discordo de si sobre o trabalho que foi feito com o anterior governo. Mas fomos nós mesmos que o fizemos. Fomos nós mesmos que o fizemos. Fomos nós mesmo que chegámos às Secretarias de Estado, fomos nós mesmos que ficamos ao Ministro. Fomos nós mesmo que reabilitámos a Extensão de Saúde da Gafanha da Encarnação. Fomos nós mesmos que a pusemos em funcionamento. E foi também com esse ministro que lhe disse “atenção que os estudos prévios não têm cobertura pelo valor que estamos a falar do PRR total e a obra, perante aquilo que está a ser feito pela saúde, vai necessitar de mais financiamento”. Não se preocupe que isso estará resolvido. Portanto, esperamos que este Governo também resolva esta situação. Já houve alguma manifestação da parte da ANMP sobre uma revisão da cláusula 11 desses termos de aceitação, e, nós próprios, Câmara Municipal de Ílhavo também já fizemos ver ao atual Governo a situação em questão. Mas queria esclarecê-lo relativamente a isso, porque o Senhor mostrou que não tinha domínio sobre a matéria, e não tem que ter, por isso me está a pedir explicações sobre isso. É evidente que a requalificação do Centro de Saúde de Ílhavo, neste momento, está em 4.16 milhões de euros. O valor que nós temos no termo de aceitação é 1.724 milhões de euros. Portanto, veja a que distância nós estamos do valor que possa custar a obra. A requalificação e ampliação da extensão de saúde da Gafanha da Nazaré, neste caso, tem 3.96 milhões de euros. Só tem de financiamento 2.7 milhões de euros. A escola Secundária de Ílhavo, que é com base, desculpe, esta é que é um termo de aceitação o outro é contrato, tem 10.4 milhões de euros e só tem 4.328. O problema para esta Câmara, sobre esta matéria, é zero. Capacidade de endividamento, desta Câmara, é brutal. Não é isso que eu quero, não é isso que nós queremos. Queremos é que o Governo resolva, o mais rápido possível, estas situações, porque a transformação que tivemos que fazer nos nossos projetos, através das especialidades e tudo, depois dá um valor que foi ajustado tanto com a saúde, como a educação, para termos o melhor resultado nestas obras que queremos executar.

E vou-lhe dizer, também aquilo que o Senhor Pinto Reis fez e muito bem, que eu diria e recordando aqui, porque trago sempre esta folhinha porque numa ocasião ouvi falar sobre isto aqui e passei a imprimir e trazê-la comigo. Eu dizia no meu discurso, quando me apresentei a todos vocês, dizia assim, “os fundos comunitários não serão o alfa e o ómega da nossa governação, mas trabalharemos com a convicção de aproveitar ao máximo estas verbas para elevar a competitividade da economia local”. E, portanto, aquilo que nós estamos a fazer, hoje, já com um orçamento de 48 milhões de euros, quase 49 milhões de euros, tem uma participação muito baixa de fundos comunitários. Já o vinha a receber do passado, do meu colega anterior, que estava a fechar um quadro comunitário e por isso em 2017, 16, 17 obra; 19, 20 e 21 execução alta porque foi o fecho. E nós,, agora acabamos por ter, aqui, também, alguns restos deste Portugal 2020 que agora vieram, entre aquilo que era participado, elegível, aumentar um bocadinho essa participação e que nós

beneficiamos e que está. Mas já fomos também às “Acessibilidades 360” buscar dinheiro, ao Fundo Ambiental. Temos ido a outros Planos buscar valor, mas dentro daquilo que nós negociamos na CIRA e com base naquilo que tinha sido o resultado da anterior negociação que me penalizou nesta. Só consegui ir buscar 7,05 milhões de euros. O meu colega tinha trazido 7 milhões, sabe? E, portanto, os 35,5 milhões de euros a somar a isto tudo, portanto, temos já 42,5 milhões de euros só para futuro. É isto que estamos aqui a garantir, fora o que já está tudo em execução face a outros projetos que têm sido aprovados e, portanto, que irão ser também debatidos naquilo que será o próximo orçamento.

Portanto, estou expectante que a Câmara Municipal terá um orçamento que nunca foi visto nesta Câmara e uma execução, no próximo ano, que nunca foi vista nesta Câmara. Portanto, assim espero, vai depender do resultado, do corpo humano que esta Câmara tem, não depende propriamente só do Executivo. Depende das empresas que trabalharem connosco. E dando-lhe resposta àquilo que o senhor perguntou, também tenho a dizer que temos estado muito contentes com a participação de alguns empreiteiros. Não posso dizer que são muitos porque também não há muitos, mas alguns empreiteiros, em algumas das empreitadas que também temos visto, nomeadamente a reabilitação do pavilhão capitão Adriano Nordeste, a reabilitação do Fórum da Maior Idade, na Gafanha da Nazaré mostraram, precisamente, isso mesmo. Várias empresas, a Fábrica das Ideias quando foi reabilitada, tivemos empresas com muita qualidade a participarem nessa reabilitação, portanto, estamos muito esperançosos, pelo menos neste pacote da habitação e da saúde, possam evidentemente ficar desertos por falta de tempo de preparação de obras, do procedimento, ou seja, da apresentação de um valor, mas também temos que ir ao mercado, ouvir e perceber onde é que está a falha para nós corrigirmos e já o fizemos. Nós já tivemos que levar à Câmara a anulação de um procedimento e o lançamento de novos procedimentos. Portanto, diria que isto de quem está no processo de gestão e de liderança tem que estar habituado a esse processo, e esta equipa que vocês vêm aqui de Vereadores tomará a decisão nas suas reuniões de Câmara para ir sempre lançando os procedimentos para que possam ir a concurso.

Relativamente à Biblioteca Gastronómica. Não me queria esticar muito sobre isto, porque nós faremos um ato público sobre este assunto. E, portanto, se me permite algum recato sobre esta matéria, até porque estamos a definir alguma estratégia e queria também brindar toda a gente, porque ela já estava em orçamento, prevista, portanto já tinha um valor e, portanto, avançaremos depois com essa comunicação pública sobre isso.

Eu penso que os arruamentos, neste momento, são três que estão em construção, um na Gafanha da Nazaré, dois em São Salvador.

As zonas de lazer e desporto. Aquilo que lhe posso dizer é que temos mexido nelas todas, com mais ou menor despesa, mas desde aquilo que é a colocação de tabelas; a reparação dos pisos; a reparação das redes envolventes; aquisição de novas redes para colocar, não só na Costa Nova, como na Barra; a colocação de dois parques novos na Barra, um skate parque na Barra e o arranjo do parque antigo que lá estava; na Gafanha da Nazaré, no 31 de agosto, iluminámos aqueles parques e aqueles campos e hoje temos uma presença muito grande de pessoas naquela zona; aqui, em Ílhavo, metemos um parque de bombeamento, portanto aquilo que toda a gente chama de *pumptrack* que tem tido muita ocupação; também melhorámos aquele campo inferior que tinha, com as tabelas de basquete e ainda temos um acordo com a ABA também para resolver ali mais uma situação; montámos um paddle também, que tem tido ocupação de manhã, eu, normalmente, entre 7 e as 8 horas estou a vir para a Câmara e já lá estão pessoas a jogar; os cortes de ténis também, vamos lançar agora também o nosso concurso e, portanto, aquilo que é o concurso de ténis, portanto, vamos lançar também com a escola de ténis, vamos fazer isso. Vamos olhando para isto tudo, mas penso que mantemos a qualidade elevada desses equipamentos. É isso que nós queremos, com também, neste momento, com algum stock nos nossos armazéns para fazer face aos problemas de maior desgaste e às evidências que acontecem todos os dias.

Depois tocou aí num assunto que também mexe muito comigo, que é a mochila. Eu, a mochila, vou levanto com a mochila todos os dias a vou carregando, vamos andando com ela, sempre com a vontade de ultrapassar algumas coisas, que estavam dentro da mochila, menos boas, transformando-as boas, e aquelas que já estavam boas tornando-as ainda melhores. E, portanto, é isso que temos feito todos os dias em prol da comunidade.

E pronto, vamos ver se as coisas não correm pelo pior para todos nós, porque eu acho que todos os que estamos aqui queremos o melhor para o nosso município, para as duas cidades, para a vila da Gafanha da Encarnação e para a aldeia da Gafanha do Carmo. Queremos isso mesmo para o nosso território e todos os lugares têm presença do nosso trabalho e, paralelamente, no das Juntas, através dos contratos interadministrativos em todas as melhorias que eles vão fazendo no território, não só naquilo que são passeios, reparações

diárias, aquilo que nós fermentámos para que o trabalho deles ainda fosse mais produtivo nos seus territórios. Portanto, é tudo o que tenho a de ser, Senhor Presidente. muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:08':47")

«Obrigado, Senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, considero a comunicação da atividade municipal apreciada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:08':54")

«Eu proponho agora um intervalo de 10 minutos, está bem? Muito bem até já então. 10 minutos.»

Os trabalhos foram interrompidos, para intervalo, às 23:02.

Os trabalhos foram retomados às 23:14.

Ponto 5. "Alterações ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:20':18")

«Avançamos então para o ponto 5 "alterações ao Regimento Municipal de Urbanização e Edificação. E começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:20':43")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Apesar de na deliberação ter toda a informação, passo a palavra ao senhor Vereador.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (02:20':52")

«Antes de mais, boa noite a todos. Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa. Senhor Presidente, Senhores vereadores, Senhores Deputados, público aqui presente e que nos segue em cas. Uma saudação especial também ao senhor Fernando Borges que hoje retomou ou visitou-nos, uma boa noite.

Relativamente a esta proposta, recordar que vem a esta Assembleia apenas para conhecimento e que se trata, não é de uma alteração regulamentar típica, mas sim uma sinalização das normas que já não se aplicam por via da entrada em vigor de nova legislação. No entanto, também não isenta o município de ter que fazer uma alteração regulamentar formal. Isso já é de conhecimento também, porque já foi aberto esse mesmo procedimento na Câmara. Esta sinalização é obrigatória no âmbito do Simplex. Com esta proposta que vos trazemos deixa-se claro, para quem recorre ao regulamento, quais as normas que já não se aplicam. Portanto, é tudo o que me cumpre informar. Senhor Presidente, obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:22':24")

«Bem, vou abrir as inscrições para a primeira intervenção. Do PS, alguma inscrição? Não. Do Unir? Do PSD, também não? Do Chega?

Senhor Presidente, quer partilhar mais alguma coisa? Também não? Muito bem.

Então, não havendo intervenções, foi deliberado Tomar Conhecimento.»

Ponto 6. "Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023 - relatórios finais".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:22':48")

«Vamos passar então para o ponto 6, "Contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano 2023 - relatórios finais. Começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:22':59")

«Obrigado, Senhor Presidente. Não há muito a adiantar, a não ser que haja alguma dúvida da Assembleia, eu depois, se houver, possa esclarecer. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:23':10")

«Muito bem. Abro as inscrições. Do Unir Para Fazer alguma inscrição? Não. Do PSD? Do PSD temos o Luís Diamantino e o Augusto Rocha. Do Chega? Também não. Do PS? Luís Leitão.

Muito bem, Luís Diamantino, por favor.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (02:23':55")

«Ora bem, antes de entrar neste ponto, já tinha saudades de ouvir o Pinto Reis, aqui. Não estiveste cá na última reunião, mas já tinha saudades. E dá-te por satisfeito com o Presidente responder a todas as perguntas. Até parece que havia aqui alguma combinação, ou não, mas pronto, é natural.

Ora bem. Neste ponto, o Senhor Presidente disse, há pouco, em resposta à minha pessoa, que se eu também cumpria sempre os timings da obra, de termos de obra. Senhor Presidente, eu não. Falho, falho, sim senhores. E a prova disso está aqui neste ponto. Mas eu não digo que terminei, eu não digo que fechei a obra, não digo que fechei as contas. Assumo que falho, não tive capacidade, pronto.

Quanto a isto. Eu já entreguei, depois disto, o relatório ao senhor Vereador, já enviei o relatório final. Basicamente, dar-vos já a nota do que eu disse no relatório, porque se calhar, quando vier à Assembleia já está tão desfasado. Como não faz muito sentido os 4 mil euros que me faltava gastar nesta rubrica, basicamente gastei em material. É preciso muito ferro para fazer as garagens para os contentores, fiz algumas dos ecopontos, fiz algumas já, também, salvo erro 6, 7, coisas que não são fáceis porque as pessoas não querem as bases dos ecopontos à frente dos seus terrenos ou das suas casas, porque acham que aquilo é definitivo. Não é assim fácil, mas pronto. Tenho articulado isso com o senhor Luís Rabaça e temos chegado a bom porto.

Basicamente, o que eu tenho preparado para este ano. Já tenho o ferro todo cortadinho e afins. Conto ali com os meus dois colegas da Encarnação e da Nazaré, que já se ofereceram para me dispensar o molde de ferro para fazer isso. Ao Braga não pedi, mas o Braga sempre me pôs à vontade de qualquer coisa que eu preciso, que ele também me ajuda.

Portanto, dando assim números redondos, já fechei basicamente o meu ano, mas falhei, falhei redondamente no prazo de entrega de relatórios. Não é muito a minha onda fazer relatórios e até tenho alguma dificuldade em encaixar lá as coisas, mas aos poucos lá vou conseguindo. Achei piada, voltando ali ao Pinto Reis, dizer que há bastantes frentes de obra. Se calhar ele deve estar a referir-se ao município vizinho. Não sei, aqui não vejo, não vejo assim tanto, mas pronto. Mesmo referindo as obras que o Presidente enunciou na Gafanha do Carmo, a população da Gafanha do Carmo, sim, senhor, está satisfeita, reconhece-lhe esse mérito de fazer. Embora no pavilhão há lá problemas que se tem que corrigir, na obra do Extremo ainda não está terminado, o Centro Cívico, como disse há pouco, também ainda não está terminado. É preciso essas pontas todas serem tratadas. A Casa Florestal que o senhor fez e que qualquer dia diz que ressuscita. Espero bem que não e acredito que vá fazer a tão ambicionada ciclovía que liga o município de Vagos à Zona Industrial da Mota e acredito também que o estacionamento em frente ao pavilhão possa estar também quase na calha para sair. O que me agrada no meio disto tudo é que são obras que eu sempre ambicionei. E eu estava certo quando as pessoas me elegeram e quando propunha isto aos Executivos da Câmara, porque afinal, são obras precisas, porque até se fazem.

Sobre as pinturas que eu necessito, eu compreendo o que o Senhor Presidente me disse. Não enquadra aqui muito neste ponto, mas só em jeito de resposta. Eu compreendo, Senhor Presidente, de facto, não se vai investir muito nas pinturas quando se vai arranjar alcatrão no futuro, não é verdade? Mas se pudéssemos ter o conhecimento minimamente de por onde é que se começa o saneamento ou não. Há lá passadeiras estão mesmo apagadas e numa obra de saneamento, que se calhar demora ano e meio, estar ano e meio à espera que aquilo seja repintado pode pôr em causa muita segurança dos peões e outras coisas mais. Portanto, tentar ver aquilo onde devemos atuar agora, sabendo antemão que depois irá ser rasgado, mas acho que é mais importante uma vida do que gastar 3 ou 4 ou 5 mil euros em pinturas de estradas.

E já agora que estamos numa de programar bem o futuro, eu vendo as dores do meu colega da Encarnação também já começo a ficar preocupado para o ano como é que será a minha procissão? Se vamos ter todos o cuidado de ter as estradas boas e conto com isso, com o seu Executivo, para pressionar o empreiteiro para alinharmos a obra de modo a que no percurso da procissão as coisas estejam conforme e que as pessoas que nos visitam saiam de lá satisfeitas e em segurança.»

Augusto Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (02:29:07")

«Boa noite, novamente. Eu venho aqui só dar duas notas.

Uma justificar de alguma forma esta situação da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação estar aqui referida e dizer o porquê e a justificação. No entanto, solicitava ao Executivo da Câmara que pedisse a quem elabora estes relatórios que tivesse alguma prudência adicional quando escreve, porque dizer, aqui, “sem apresentar qualquer relatório”, quem lê isto parece nunca apresentámos nenhum relatório de 2023, o que não é verdade. Apresentámos relatório já no último relatório que entregámos. O grau de concretização era superior a 100%, portanto, eu até poderia dizer que aquilo estava concluído, que já tinha ultrapassado os 100%. Não é essa a minha postura. E num e-mail de 21 de maio, eu enviei ao Executivo da Câmara Municipal que enquanto não tivesse contente com o desempenho da empresa que forneceu o equipamento do parque de caravanas, não iria proceder ou não iria efetuar o seu pagamento na íntegra. E ainda não foi feito na íntegra. Portanto, o que eu lá disse foi que remeteria o relatório final quando tivesse efetuado o pagamento mínimo. Mas se for para fechar administrativamente, o processo, na próxima semana, quando mandar o relatório de 2024, que terei que mandar, agora, em setembro, mandarei o de 2023, estou aqui a dizer, com a fatura que já tenho paga, indicando que não está tudo pago, mas uma vez que se ultrapassa o valor dos 100%, penso que, perante a Câmara, está devidamente justificado o enquadramento e o montante do contrato que assinámos mutuamente.

Portanto, solicito aqui que, e isto refere-se, por exemplo, quer à Gafanha do Carmo, quer à Gafanha da Encarnação, “mantém-se sem apresentar qualquer relatório”. Acho que devia haver aqui, quem escreveu isto, uma prudência adicional.

Relativamente aos membros desta Assembleia, já ultrapassámos os 100%, enquanto a informática do parque de caravanas não estiver como eu quero, não irei proceder ao pagamento na sua totalidade, porque estamos a falar de dinheiros públicos, nem que eu demore 1 ou 2 anos a efetuar o pagamento. Pelo menos, até outubro do próximo ano serei eu e depois alguém se o quiser fazer, faça. Enquanto aquilo não estiver como eu acho que deve estar, não pagarei a totalidade. Obrigado.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (02:32:25")

«Muito boa noite, Senhor Presidente. Senhores membros da Mesa. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Senhores Deputados. Público e às pessoas que nos assistem lá em casa, através das redes sociais e da transmissão online.

Eu queria abordar aqui um assunto que tinha eventualmente agendado para o próximo ponto, mas dada a oportunidade, acho que não faz sentido deixar para depois. Eu gostava de fazer aqui, colocar uma questão ao Senhor Presidente, que me deixa algumas dúvidas, não só a mim, mas muitas mais pessoas que é: “o que é que nós andamos aqui a fazer em relação a tomar conhecimento sobre esta informação? Porque é que eu pergunto isto? Há regras, há procedimentos, há obrigações ou então andamos aqui a fazer de conta que estamos a gerir determinadas obrigações. É assim...”

Desde sempre eu ouvi falar ou criticarem o conteúdo dos relatórios que eram obrigados os Presidentes de Junta, ou as Juntas, a fazer. O que eu não percebo é se os relatórios são uma recomendação ou se são uma obrigação. Se são uma obrigação, acho que só há um Presidente de Junta que se sente obrigado, que é o Presidente da Junta da Gafanha da Nazaré, que apresenta sempre atempadamente os seus relatórios. É aquilo que me é dado mais ou menos perceber. E os outros fazem vista grossa a uma obrigação. Vamos lá ver. Os Presidentes da Junta não são regedores de antigamente, são cidadãos que assumiram uma missão e que são remunerados, são remunerados a tempo inteiro, numa missão que assumiram e outros, que eu acho que é o caso Luís Diamantino, a meio tempo. Julgo que é assim que se não me falta a verdade. Meus senhores, têm obrigações é para cumprir. Eu recuso-me a ter que tomar conhecimento de uma coisa que não existe. E se nos mandam, as pessoas têm que ter consequências dos seus atos. Vejo aqui umas desculpas, porque não paguei e não sei quê, parece que estão a falar em código de Presidente para Presidente, e nós estamos aqui. Têm que ter relatório, quero ver os relatórios, se não alguém está a

incumprir ou está a fazer as suas posições. E acho que a Câmara devia de tomar uma posição com veemência como faz às associações culturais e desportivas do nosso Concelho em que suspende pagamentos, não atribui os subsídios porque eles não apresentam contas. Eu já sei que o Senhor Presidente da Junta compra, ou que a Junta, compra combustíveis ao IP5, compra aos senhores, o *tout venant*, também aos senhores aqui da Vagueira, compra mais não sei quê. Mostrou-nos um relatório exaustivo que eu acho que na verdade é fazer papel de fiscal de finanças ou de polícia mau. Eu não estou para aí virado, mas se é essa a regra, tenho que a fazer. Agora, não posso estar aqui a julgar e a tomar conhecimento do relatório do Presidente da Junta da Gafanha da Nazaré e a ver a Junta de Freguesia do Carmo, da Encarnação e de São Salvador que não fazem o seu trabalho. É meu trabalho tomar conhecimento de uma coisa que não existe? Estão a brincar com o meu trabalho. E eu não gosto que brinquem com o meu trabalho. E, portanto, gostava que me esclarecessem se eu tenho que tomar conhecimento do que existe ou daquilo que não existe? Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:36:14")

«Obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:36:19")

«Muito obrigado. Aproveito também o momento para cumprimentar o senhor Borges. Muito gosto em revê-lo, em estar aqui connosco, também, a assistir.

Eu queria só dar nota e validar muito aquilo que o senhor Luís Leitão disse. E. Perante muitas das situações que temos aqui visto nos últimos 3 anos, temos vindo a cumprir com o nosso papel, no Executivo Municipal, perante aquilo que nós acharíamos e achamos, não é acharíamos, é achamos, que deve ser feito, para que, com justiça, perante aquilo que nos estão a exigir, todos os dias, nesta Assembleia e que têm sido participadas, e que se duplicam as horas em cima de horas, nesta Assembleia, para debater muitas das coisas que nem sequer são da atividade, e, depois, se mistura o PAOD com tudo o resto, também gostaria que isso acabasse e que nos dessem opiniões de melhoria. Isto de vir para aqui sentenciar o que quer que seja, para, depois, amanhã, termos 2 ou 3 notícias, é impecável. Hoje nós estamos tranquilos. Espero que a gripe das aves também não me apanhe e, portanto, estou muito tranquilo sobre isso e todas estas coisas.

Eu parece-me que o senhor Luís Leitão tem razão sobre isso. Nós, realmente, cumprimos com a nossa obrigação de dar a conhecer esta Assembleia o ponto de situação sobre aquilo que é a execução dos trabalhos perante um contrato que foi feito com as Juntas de Freguesia. É evidente que não lhe posso dizer que vejo nesses relatórios muita informação ou pouca. Eu já estive também sujeito essas mesmas informações e tentei sempre cumprir com os prazos e com as horas em que tinha que os entregar. Mas, como vê, já viu hoje, aqui, várias manifestações dos presidentes de Junta, que também não foi uma coisa que, se calhar, habitualmente, tenha visto, da minha parte, relativamente à Câmara, e, portanto, respeito muito isso. Eu acho que as pessoas que nos assistem, a comunidade de uma forma geral, vai vendo todas essas atuações. Pois... vamos vendo por aí, vamos ver o que é que isto vai dar tudo. Sabemos perfeitamente que estão 600 mil euros da Câmara, quase 600 mil euros da Câmara, neste momento, nas mãos das Juntas de Freguesia para fazer trabalho, esse trabalho, com mais ou menos dedicação, sabemos perfeitamente que também no mandato anterior tínhamos dois Presidentes a tempo inteiro, eu e o Carlos António. Hoje, a realidade não é essa. O senhor utilizou bem isso, temos um Presidente a meio tempo na Gafanha do Carmo e temos um Presidente a tempo inteiro na Gafanha da Encarnação, onde conseguimos também, por uma luta interna na ANAFRE, que ele tenha sido reembolsado na Junta de Freguesia com meio tempo também, é financiado esse meio tempo, portanto, teria diretamente o financiamento de meio tempo, mas optou por estar a tempo inteiro e tudo bem, e todas as outras condições se criam para os senhores presidentes das Juntas estarem perto das suas comunidades. Portanto, é isto que nós queremos, é dar-vos conhecimento do desenrolar do trabalho.

E também lhe digo, tocou aí nas associações. Eu preservo muito o valor das associações e tem visto, pelos contratos que temos feito com as associações, que temos tentado melhorar o trabalho e o relacionamento com as associações, percebendo também a execução de todas as suas obras e o trabalho. Custa-me, realmente, e fui Presidente da Junta e o Senhor Presidente da Junta da Gafanha do Carmo tocou, aqui, em assuntos na Assembleia passada, relativamente àquilo que fazíamos com as Igrejas e com o apoio que dávamos, mostrou aqui uma série de sinais que ele quer dar. Mas nós estamos serenos e tranquilos com aquilo que

estamos a fazer, com uma transparência brutal sobre a nossa atividade, com a possibilidade de consulta de toda a documentação que a Câmara tem. Nas reuniões de Câmara, os senhores Vereadores têm cooperado connosco e temos vindo a melhorar também algumas coisas por sugestão, vamos conseguindo, claro que temos alguma resiliência em algumas coisas, como é normal nisto tudo.

Mas tenho que validar a sua posição. E vou passar ao senhor vereador João Semedo.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (02:40':39")

«Senhor Presidente, estamos a discutir ainda neste ponto os contratos de 2023. Eu penso que neste caso o Senhor Deputado Luís Leitão, como referenciou, já estava a passar para o ponto seguinte. Depois posso dar também uma nota. Mas relativo a esta proposta que aqui trazemos, eu queria só deixar claro que o assunto diz “contratos interadministrativos com as juntas de freguesia para o ano 2023 - Relatórios finais”. Portanto, nós falamos que os termos possam estar mal escritos e não foi apresentado qualquer relatório. Se não foi apresentado, qualquer relatório é relativo a este assunto porque esta Assembleia conheceu todos os anteriores, portanto não há dúvida. Trouxemo-los cá. Portanto, estamos a falar com quem já teve a oportunidade de analisar os anteriores. Posso-lhe dizer, a proposta está assinada por mim, portanto, qualquer questão que possa ter de redação é da minha inteira responsabilidade e de mais ninguém. Portanto, estou completamente tranquilo quanto a essa redação e os termos utilizados. E lembrar que, conforme previsto nos contratos os relatórios finais deviam ter sido entregues até 31 de março de 2024. De facto, a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo entregou, a Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação não entregou. Independentemente do que possa ser a execução financeira, o que interessa é mesmo a execução dos trabalhos. E também não seria por qualquer problema, Senhor Presidente, se tem essa informação, aguardamo-la, então, na próxima semana, porque o que nos interessa é o trabalho e não será uma questão de uma aplicação informática que nos condicionará. No caso da Gafanha da Nazaré, entregou-nos o relatório final a 4 de julho e São Salvador a 2 de julho. Portanto, é tudo quanto me cumpre informar, Senhor Presidente relativamente aos relatórios de 2023. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:42':35")

«muito obrigado. Abro uma segunda ronda de intervenções. De Unir? Temos o João Braga. Do PSD? Luís Diamantino. Augusto Rocha. Carlos António. Do Chega? PS? Luís Leitão. Muito bem, Senhor Presidente João Braga, faça favor.»

João Braga, Junta de Freguesia de São Salvador (UPF): (02:56':50")

«Antes de mais, boa noite a todos. Cumprimento todos os presentes. Vinha aqui só dizer numa nota breve. Enaltecer o diálogo que, em 2023, tivemos com a Câmara Municipal e nomeadamente com o senhor Vereador João Semedo. No entanto, eu venho aqui também porque não acho correto continuarmos aqui a misturar as coisas, continuamos a falar de trabalhos que não nos competem, nomeadamente da Câmara Municipal, quando estamos a falar de um ponto que são os contratos interadministrativos. No caso da Junta de Freguesia de São Salvador, gostava de deixar aqui, bem claro, para quem lê os documentos, estamos a falar de 2023, não estamos a falar de 2024. E o cumprimento da Junta de Freguesia de São Salvador foi, conforme o padrão, para quem leu os documentos e para quem os acompanha.

Gostava também de deixar aqui bem claro que assumimos um compromisso com a nossa comunidade para 2023. Orgulha-nos, acima de tudo, o compromisso que tivemos e o alcance que tivemos, que não tivemos 100%, tivemos praticamente 140%. E, às vezes, também é bom pensar não só no que a gente apresenta quando chega até aos 100%, mas é que em que é que gastamos mais 40%. Eu acho que essa parte aqui é importante, porque se calhar os 100%, e conforme a gente vem aqui sempre requerer, eu e os meus colegas, muitas das vezes os 100% é só um número. É só um número, porque à frente dos 100 há muito mais. E quando há Juntas de Freguesia e Executivos, eu falo em nome do meu Executivo que tem a vontade de investir mais 40% ou 39% ou o que for, eu acho que também as pessoas deviam-se questionar porque é que foi feito esse investimento. Essa parte é muito importante. No meu ver, acho que nos devíamos preocupar, acima de tudo, com estes pormenores que são importantes. O porquê de gastarmos a mais. O que nos deram não chegava? Não chegou, mas se calhar quisemos fazer mais ou melhor. Gostava de deixar aqui uma nota clara, que eu farto-me de dizer, e repito muito, o dinheiro não estica, mas se nós trabalharmos com a

nossa mão-de-obra e não subcontratarmos, a história é completamente diferente e se calhar, em vez de oito obras, como às vezes nos dizem que provavelmente é pouco, nós temos batido sempre as catorze. Porquê? Porque a mão-de-obra facilita-nos. Quando nós temos mão-de-obra acabamos por poupar.

2024 será um ano diferente para a Junta de São Salvador, mas terei oportunidade no ponto seguinte de falar para não estar a misturar as coisas.

Da parte da Junta de Freguesia, é este o padrão que nos gere, que nos une e tentamos cumprir ao máximo com as nossas responsabilidades, entregando os documentos.

Os relatórios são importantes, como o senhor Luís Leitão, disse. São importantes para nós próprios termos um controlo, na minha opinião. E também para prestarmos conta desse valor. Pronto é só isto. Muito obrigado.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (02:46:37")

«Luís Leitão, tu tens razão. Ponto, tu tens razão. Devíamos de entregar os relatórios e se não entregamos devia de haver alguma penalização. Mas eu não vou falar pelos outros. Eu falo por mim. E eu sempre fui contra estes relatórios todos, porque já sabia de antemão que não ia ter capacidade para cumprir. Eu estou, de facto, a meio tempo e eu uso mais este meu meio tempo não para estar atrás da Secretária, mas estar, efetivamente, no trabalho ao lado dos homens. Não há obra nenhuma no Carmo que não tenha mão de obra minha, naquelas que são realizadas pelos meus homens. É aí onde eu me dedico mais.

Quanto ao relatório, não sendo eu um expert em informática, também não depende só de mim. A faturação e afins, eu peço à minha colega tesoureira que, a muito custo, lá vai dando quando pode. Portanto, não é assim tão linear estar a meio tempo e ter tempo para fazer o relatório. Mas tens razão, a verdade é esta, se há, se eu assinei um contrato em que disse que tenho que entregar os relatórios, tens toda a razão.

E até, agora vou ter ao ponto seguinte, ainda não entreguei nenhum deste ano. Como já fiz aqui um resumo e até gostava que o senhor Vereador agora, na intervenção dele, tivesse dito que a Gafanha do Carmo já entregou a tal dia, mas pronto estamos mesmo a olhar para o 31 de julho e eu entreguei depois de 31 de julho e ele nem se deu ao trabalho de dizer que o Carmo já entregou. Pronto. Mas também convém não lhe dizer, porque, afinal, todos sabemos onde é que todos querem chegar. Às vezes queremos falar disto, não queremos falar daquilo. Essa é que é a verdade.

Portanto, eu já vou atalhando, dizendo que ainda não entreguei nenhum de 2024, mas já comecei as obras, já comecei as obras. E vocês, passo aqui já o convite, ou já o receberam, certamente, terça-feira, se forem ao aniversário da Freguesia, aos hastear da bandeira e um cafezinho, que há de lá haver para todos nós, e, se calhar, o Senhor Presidente levará uma lembrança para a gente da freguesia da Gafanha do Carmo, já poderão ver que as obras estão no terreno a correr.

E depois, é um bocado como o meu colega Braga disse. As obras realizadas por pessoas da Junta, de colaboradores da Junta, baixa consideravelmente o custo. Eu não tenho assim grande mão-de-obra. Não somos muitos, e eu lá vou ajudando quando posso. Portanto, tens toda a razão, Luís Leitão. Acho que são demasiados relatórios, mas tenho de os cumprir e vou fazer por cumprir.»

Augusto Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação (PSD): (02:49:45")

Boa noite, novamente.

Duas palavras. Primeiro, uma para o Luís e outra para o nosso Vice-Presidente. Relativamente aos trabalhos, o trabalho está executado, na totalidade. Não está, é pago. Portanto, ele já está executado há muito tempo. A máquina já está em funcionamento há muito tempo e está executado o trabalho. Não está é pago, porque acho que aquilo deveria estar melhor, em termos informáticos. A aplicação está a funcionar, eu acho é que devia estar melhor, é só isso. Fica esta nota.

Relativamente aqui, ao Luís Leitão. Eu estou como o Luís. Eu assumo que não entreguei. A questão é que eu acho que é mais importante preservar o dinheiro público do que meramente assumir que cumpri um mero ato administrativo da entrega de um relatório. Mais eu frisei que não entreguei o relatório e informei a Câmara Municipal, no dia 21 de maio, deste ano, que só o iria fazer após o pagamento integral, e que não está ainda à data. Portanto, essa informação está do lado do Executivo. Está lá escrito precisamente no relatório final, vem no final.

Eu vejo, às vezes, aqui muitas pessoas preocupadas e já foi referido nesta casa várias vezes, com algum tom, de certa forma, irónico, por eu estar a tempo inteiro. Eu gostava de saber quantos de vocês é que estariam dispostos a estar a tempo inteiro a ganhar 50 euros por dia?

Gostaria! Acho que o Luís Leitão, provavelmente, não estaria. O Pedro Martins também não. Eu também não, se não tivesse uma estabilidade financeira por trás, pessoal, que me garanta este assumir, porque jamais, se não tivesse esta estabilidade financeira que tenho, felizmente tenho, jamais poderia estar a tempo inteiro na Junta com o ordenado que nós temos. E já nesta casa, várias pessoas referiram isso. Portanto, não se preocupem de eu estar a tempo inteiro. Não sei o que chateia eu estar a tempo inteiro? Estive 8 anos em acumulação, levantava-me às 7 da manhã, deitava-me às 2 da manhã para cumprir com a Junta e com o meu trabalho. Portanto, eu estando a tempo inteiro, ou não estando a tempo inteiro, é uma disposição de que eu assumi no último mandato e também por uma questão profissional. Portanto, não se preocupem de eu estar. Agora, gostaria de saber quantos de vocês é que estariam dispostos a trabalhar 30 dias por mês a 50 euros por dia? Eu só o posso fazer, porque posso.»

Carlos António Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré (PSD): (02:53:01")

«Boa noite a todos. Senhor Presidente da Mesa e restantes elementos. Senhor Presidente da Câmara e vereação. Ilustres Deputados. Público presente e aqueles que nos ouvem lá em casa.

Algumas notas que eu queria deixar hoje e que são importantes, até porque, em Assembleias anteriores, tive aqui uma troca de palavras com o grupo do Unir Para Fazer sobre aquilo que foram os números que apareceram no anterior relatório de execução.

E, portanto, as coisas têm o seu tempo, são tratadas com o conhecimento da Câmara, naturalmente, porque nada daquilo que nós fazemos, e eu falo por mim em primeira instância, mas julgo com os colegas é o mesmo, nada é feito, nem nada que altere, significativamente, as circunstâncias, é feito sem dar conhecimento à Câmara. E, portanto, a Câmara foi acompanhando todo o processo de 2023, em relação àquilo que foi a execução das obras. A Câmara foi informada de todas as circunstâncias. Houve até necessidade, no contrato interadministrativo do ano passado, fazer um reajuste de verbas que transitaram para este ano, para que as obras do ano passado pudessem ser executadas e, portanto, nenhuma novidade.

Aquilo que eu quero trazer hoje, aqui, são duas ou três coisas. Primeiro, parece-me que o número de obras não é importante. Há obras mais complexas, menos complexas. Foi uma luta minha durante muito tempo que houvesse uma paridade nos contratos interadministrativos das diferentes Juntas em relação ao tipo, à tipologia das obras a executar por cada junta de freguesia, porque eu achava que havia disparidade na forma como se atingiam os valores percentuais de execução para cada. A obra e aquilo que era a componente das obras conseguiu-se, finalmente, para 2024. Já lá chegaremos.

Mas em relação a 2023, parece-me que a questão das obras e o número das obras não é importante. Os contratos interadministrativos são válidos e tanto mais válidos quando se pode fazer o trabalho com os nossos funcionários. E aqui entra a complexidade das obras, porque construir determinado tipo de obras tem que ser por via da empreitada pública ou, até, ajuste direto, e não com os nossos funcionários, pela complexidade e pela dimensão das obras. E tudo isso influi para este caso e, portanto, parece-me que a questão do número das obras não era relevante. Também me parece que as obras feitas por nós são sempre uma mais-valia. E nessa condição, este ano, vamos ter a oportunidade de verificar no relatório final daquilo que foi o trabalho feito pelos homens da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, com o trabalho feito nas obras que estamos a fazer e que são, grosso modo, quase em 90% da nossa responsabilidade.

Só mais uma nota para quem ficou preocupado naquele relatório que trouxe à baila os 52% de execução, à data, da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré. Nós tínhamos para fazer, nesse ano de 2023, um investimento de 15.060 euros, que era a parte que cabia à Junta de Freguesia e nesse ano terminámos o relatório final. E vocês são pessoas atentas, com certeza que leram isso com muita atenção, seria importante que também o viessem referir aqui, depois de terem referido aquilo que referiram nessa edição. O investimento da Junta de Freguesia, no final da execução de todas as obras, cifrou-se em cerca de 46.000 euros, mais 600 euros. E, portanto, as coisas são para ser analisadas no seu tempo, as coisas têm conhecimento da parte da Câmara sobre a forma como decorrem e como se posicionam no terreno. E acho que, às vezes fazer análises precipitadas e julgamentos de valor e de juízo são maus para toda a gente. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:56:47")

«Muito obrigado, Luís Leitão, por favor. Prescinde? Muito bem. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:57:04")

«Não tenho nada a referir. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:57:09")

«Muito obrigado. Portanto, concluídas todas as intervenções, foi deliberado Tomar Conhecimento.»

Ponto 7. "Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2024 - 1.º relatório".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:57:15")

«Passamos então, para o último ponto, ponto 7, "Contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano 2024 - Primeiro relatório".

Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:57:26")

«Neste momento, não há nada a referir, Senhor Presidente. Aguardo algumas das questões que possam ser colocadas e se houver, depois, que dizer face a alguma intervenção, perante essa hipótese terei a palavra. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:57:39")

«Muito obrigado. Abro então as inscrições para as intervenções neste ponto 7. PSD? Luís Diamantino e o Augusto Rocha. Do Chega? Não. Do PS? Luís Leitão. E do Unir Para Fazer? Temos o João Braga e o José Pinto Reis.

Muito bem, começamos pelo Luís Diamantino, por favor.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (02:58:27")

«Eu tinha que voltar cá, acho que vocês merecem uma palavra. E ainda estamos dentro da hora, portanto não há problema.

Ponto de situação de 2024. Ainda não entreguei nenhum relatório, peço desculpa a todos, em especial ao Luís Leitão. Não, não, a sério, Luís, tens toda a razão. E se daí, se desta minha falta, vier algum prejuízo para a Freguesia da Gafanha do Carmo, eu vou correr atrás desse prejuízo para repor a verdade, porque a culpa é minha e a população não pode ser prejudicada. Longe disso. Ainda não entreguei, vou agora cumprir o do 15 de setembro. No fundo, será o meu primeiro relatório. E isso também se deve, porque eu, a meio, abril, maio, comecei a ver que tinha alguma dificuldade em ter orçamentos para aquilo que eu precisava. Ninguém aparecia para dar. Se calhar, porque a malta que eu conheço muito do ramo e parece que não valorizava a minha insistência para aparecer. Às vezes, quanto mais conhecemos os prestadores de serviços. os empreiteiros, parece que eles mais abusam da nossa boa vontade. E não estava a ser fácil. Depois, a ideia de troca pela carrinha. Depois deixei cair um bocado isso. Dediquei-me mais ao processo da carrinha, concurso e afins. E roubou-me aqui há algum tempo. Mas não tendo apresentado o relatório, posso dizer que, de grosso modo, já gastei 7 mil euros na intervenção no edifício sede, que me vai sair mais cara do que o previsto, que vou ter, já vou alertando, que vou ter que deslocar verba de outra alínea, nomeadamente a que havia para o cemitério, porque acho que aí consigo fazer mais barato. Já vou ter, já que o contrato permite, trazer verba dessa alínea para esta.

Portanto, ainda não entreguei. Mais uma vez, desculpem. Já expliquei minimamente o que se passou e reafirmo o convite para terça-feira, quem puder ir ao aniversário da Freguesia.

Também, segunda-feira, ao meio-dia e meio, temos a apresentação do saneamento no dia 16. Portanto, se passarem por lá, terei todo o gosto de explicar o que é que já foi feito e o que ainda se pretende fazer.»

Augusto Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação (PSD): (03:01':20")

«Boa noite, novamente.

Eu faço minhas as palavras do Luís, relativamente ao pedido de desculpa da não entrega do relatório. Não com as mesmas justificações do Luís, que são completamente diferentes, mas não deixa de ser uma, não é com a não entrega que vocês têm que lidar, é com a entrega que vocês têm que opinar. E aí o Luís Leitão está cheio de razão.

Eu só quero justificar que o principal motivo prende-se que o nosso contrato está dividido em dois investimentos maiores. Um está numa fase ainda de orçamentação. Já tive vários desenhos e orçamentos. O que não interessa a esta Assembleia estar a analisar. E o outro teve a ver com aquisição de mobiliário e som para o Centro Cultural Manuel das Neves, da Gafanha da Encarnação. Efetivamente, a obra já está parte no local. Houve lá a reunião da Câmara estes dias e já se puderam sentar nas cadeiras que foram adquiridas no âmbito do contrato interadministrativo. No entanto, à data da necessidade da realização do relatório, a compra ainda não estava efetivada e por esse facto estar a fazer um relatório com meia dúzia de bases de ecopontos também não me pareceu assim demasiado importante para o fazer. Até porque, e voltando à questão do tempo inteiro, o tempo inteiro do Presidente não é só para fazer relatórios e para fazer representação, mas poderiam-no, eventualmente, ter visto a desempenhar uma função mais nobre, em trono nu, a trabalhar no parque da autocaravanas este verão. Não é um espetáculo lindo de se ver, até porque estava todo suado, mas também faço isso. Portanto, é isto que eu tenho a dizer relativamente à não entrega do primeiro relatório do 2024.

Agora, na próxima semana seguirão os dois, quer o de 2023 final, que para mim não será o final, mas fecharei contas, se é isso que pretendem - mas haverá outros pagamentos a efetuar, ficam já a saber - e o de 2024, de setembro seguirá já com a aquisição das cadeiras e as outras obras e os trabalhos iniciais do parque infantil.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (03:04':19")

«Boa noite, mais uma vez.

Eu queria agradecer este momento de unanimidade na minha vida autárquica. Porque não deixa de ser muito positivo perceber que estamos todos de acordo de que na verdade algo vai mal neste processo. Compreendendo as desculpas, todos as razões, as desculpas algumas também um bocadinho de mau pagador. O Augusto podia-nos ter poupado alguns pormenores um bocadinho mais, porque já só faltava ouvi falar na hora Coca-Cola nesta Assembleia, mas pronto foi o que foi. Percebo a tua necessidade de explicar, mas não precisavas de ir tão longe.

De qualquer forma, e agora mais a sério, acho que independentemente daquilo que vocês conhecem que é a minha opinião de que não seria necessariamente aqui, que eu considero que fosse a necessidade de apresentar o relatório, tal como vos é solicitado, mas sendo a regra do jogo. Eu acho que esta prestação é feita no sítio certo, que é nas assembleias de freguesia. É lá, sim, que se discutem estes assuntos. Mas sendo esta a regra do jogo nós temos também que pugnar pelo cumprimento das regras e, portanto, se temos que tomar conhecimento, sentimo-nos todos nós, também, desrespeitados por termos que avaliar algo de que alguém não fez e que deveria ter feito.

Por fim, também, e porque podia deixar em claro, mas o Presidente da Junta, o Augusto, e todos os "augustes" deste país são vítimas do seu voluntarismo, da vontade de servir a sua terra, são vítimas do populismo que os seus partidos e o povo em geral colocaram ao serviço daqueles que se dedicam à coisa pública, e, portanto, o populismo faz com que sejam mal remuneradas as posições de quem vive da política, que não é o meu caso. E se alguma vez assim pensei à medida que fui amadurecendo, fui deixando de pensar dessa forma.

Provavelmente, se eu, a determinada altura, dizia, quando eu for mais velho e estiver na altura da reforma, vou aproveitar o meu tempo para fazer, dar um pouco de mim também à minha freguesia e não à minha Câmara, e podia também eu pensar isso, mas se o fizer não é pela vontade do dinheiro, é pela vontade de servir, já depois de ter a vida governada. Agora, quem não a tem, na verdade... mas é a regra do jogo e, portanto, não adianta chorar porque foi o caminho que cada um de nós assumiu nesta missão e, portanto, não é uma responsabilidade. Compreendo, a maior parte das pessoas não compreende esse discurso, porque não ganham 50 euros por mês, ganham 37 por dia, ganham 37 e daí a diferença também, mas infelizmente, como diria alguém, muitas vezes, infelizmente na vida é assim, "quem paga amendoins contrata macacos".

João Braga, Junta de Freguesia de São Salvador (UPF): (03:08':22")

«Eu, ao contrário dos meus colegas, não venho pedir desculpas a ninguém, já disse isso anteriormente. Damo-nos felizes pelo cumprimento das regras que o jogo nos incumbe, mas também deixar aqui uma mensagem aos meus colegas que, como sempre, estamos juntos e como na escola há frequências e também exames, ou seja, há sempre tempo para fazer o exame e colocar isto tudo em ordem. O que me preocupa a mim, enquanto representante máximo da Junta de Freguesia, é que estes polémicos relatórios, se assim quisermos dizer, não tenham qualquer inerência na parte monetária que a gente recebe. Essa parte eu acho que nunca foi posta em causa e acho que o valor nunca faltou a ninguém. Independentemente de quem cumpre ou não cumpre os relatórios, a execução dos relatórios. Para mim não me perturba de qualquer forma que os meus colegas não os façam ou que se atrasem desde que não haja a parte negativa para quem cumpre e para quem segue o processo. Certamente chegaremos ao fim do ano e todos, como no ano passado, teremos aqui a tarefa cumprida e os objetivos alcançados ou até ultrapassados.

Deixar aqui uma nota novamente que, enquanto Junta de Freguesia de São Salvador e os meus colegas, acho que nunca faltou o diálogo com esta Câmara Municipal, sempre tentámos chegar a bom porto, sempre tentámos arranjar soluções para as dificuldades.

Eu não tive a oportunidade de na última Assembleia, relativamente à Junta do Carmo, que fica aqui bem claro que a Junta de Freguesia de São Salvador, como repararam, está 100% com o Luís. Se ele precisa da carrinha é uma necessidade. Possivelmente eu também faria o mesmo, mas ficava mais feliz se no dia visse que todos os que aqui estão presentes estávamos a 100% com ele. Isso também acho que o Luís o sentiria e ficaria mais feliz e as coisas correriam muito melhor. Para quem me perguntou se as outras juntas estavam, qual era a opinião? Está aqui a resposta. Eu estou com o Luís, se é a necessidade que ele tem é a necessidade que ele deve ter e acredito que chegando ao final do ano, certamente se arranjará uma solução para o ano que vem.

Eu não acredito que o Luís fique sem valor para fazer a obra para o ano e, por nós, não haverá qualquer impedimento nessa atribuição de valor e certamente chegará a bom porto.

Eu só deixo aqui uma questão no ar, só por curiosidade, eu gostava só de imaginar se o jogo fosse feito ao contrário, se fosse eu a pedir 25 mil euros para uma carrinha, se os meus colegas e a Assembleia estariam na mesma comigo, tal como eu estou com o Luís. É bom que se pense nisto. É bom que se saiba, é bom que se saiba porque depois há sempre o jogo político por trás. Olha agora, a Junta que é do movimento Unir Para Fazer está a ser beneficiada, como eu vou ouvindo. Só estou a deixar a dica para pensarmos, só estou a deixar a dica, não interrompi ninguém.

Relativamente aos atrasos, era isso que eu tinha a dizer nos relatórios. A nós, Junta de Freguesia de São Salvador, não nos incomoda de qualquer modo, desde que não tenhamos qualquer penalização para o avanço das nossas obras. Mas como isso nunca aconteceu, certamente não vai acontecer.

Relativamente aos contratos interadministrativos deste ano, estamos empenhadíssimos, como no ano passado. Temos noção das dificuldades, continuamos a usar a nossa mão de obra própria, os nossos recursos humanos. Temos a noção que não é fácil. Cada dia é mais difícil arranjar trabalhadores. Não temos os que queríamos, já tivemos mais e tentaremos ter mais para reduzir este nível de despesa, mesmo sabendo que, tal como os meus colegas, ocasionalmente, temos que recorrer a concursos externos para a realização de determinadas obras que não temos qualificação. É o caso da freguesia de São Salvador, que este ano tem duas ou três obras de grande dimensão que não sabemos se os prazos vão ser cumpridos, também temos corrido esse risco, mas esperamos chegar a dezembro e termos margem de tempo, ou chegar a dezembro e ter tudo concluído e fechado. Sabendo que até o próprio valor que nos é dado pode não chegar e a obra transitar e ser acabada nos interadministrativos de 2025.

Até lá continuamos empenhados. Já temos bastante obras em andamento. Ficamos agora pendentes destas relativamente a concursos externos que temos que aguardar e pareceres de outras entidades, que só conseguimos avançar com o parecer deles. Se não for possível, tal como o Luís, que teve o problema da carrinha, certamente arranharemos outra solução para viabilizar o valor que nos é dado, embora eu não me acredite, ao que nós nos propusemos, que o valor chegue. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (03:14':03")

«Boa noite a todos, mais uma vez.

Eu juro que gostaria de não ser mal interpretado naquilo que vou dizer e que não haja aqui qualquer segunda leitura na interpretação das minhas palavras. Aquilo que nos foi dado a

discutir, não foi aquilo que nós discutimos. Nós discutimos aquilo que não está e discutimos e estamos sem falar naquilo que está. Os relatórios da Gafanha da Encarnação e do Carmo não estão, não fazem parte do ponto. No ponto anterior, o de São Salvador, da Encarnação e do Carmo não estão, não fazem parte. Estamos a focar-nos naquilo que são as justificações dos senhores presidentes das juntas, que eu acho que eles não as deviam dar. Muito sinceramente. Eles têm que prestar contas às suas Assembleias de Freguesia e não à Assembleia Municipal. Têm que acordar com o aquilo que foram os trâmites do contrato, e aqui nós tomamos conhecimento do desenrolar dos contratos. É isso que nos compete, é isso. É essa a nossa função aqui. Estamos aqui quase obrigar aos presidentes de Junta a virem pedir desculpa. Eu não duvido que se não fizeram foi porque não puderam. Não estiveram a brincar.

Nós temos que, no futuro, para evitarmos estas situações, é bom que os entreguem. É bom que entreguem os documentos. Já que a regra diz que têm que entregar, entreguem os documentos. E nós, da parte da Assembleia Municipal, temos que respeitar a diferença e a separação daquilo que é os poderes da Câmara, da Assembleia Municipal, das Assembleias de Freguesia e não entrarmos naquilo que não está, sobre aquilo que está. Sobre as execuções, podemos ter todas as opiniões sobre aquilo que nos é apresentado nos documentos, naquilo que é o gasto do dinheiro do município, que foi contratualizado com as Juntas de Freguesia. Temos todo o direito a opinar sobre o mesmo.

Acho que não devemos em relação àquilo que não é da nossa conta. Peço desculpa. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:17:07")

«Obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:17:15")

«Passar aqui ao Senhor Vereador. Muito obrigado, Senhor Presidente»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (03:17:15")

«Relativamente aos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2024, eu queria só reforçar que aquando da assinatura de contratos foi feita a transferência de 50% dos valores protocolados e que a entrega do primeiro relatório está prevista, no contrato interadministrativo, que ocorra até dia 15 de junho de 2024. Também aqui uma referência ao Senhor Presidente da Junta da Gafanha do Carmo que fez referência que já entregou o dele, de 2023, isto relativamente ao outro ponto, e, de facto, é verdade, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Campanha do Carmo, entretanto, entregou o relatório final 2023. E a Junta de Freguesia de São Salvador também entregou o primeiro relatório para o ano de 2024. Contudo, esses documentos só estiveram reunidos para poderem ser remetidos à Câmara, na última reunião de Câmara, que ocorreu numa data posterior à de junção de elementos e apresentação desses mesmos elementos aos senhores Deputados. Daí esses relatórios não constarem na proposta que hoje vem a conhecimento desta Assembleia. Penso que é tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:17:07")

«Abro as inscrições para uma segunda intervenção. Luís Diamantino e o Carlos António. Do Chega? Não. De Unir? João Braga e José Pinto Reis. PS? O Luís Leitão. Muito bem, Luís Diamantino, por favor.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (03:19:38")

«Não, é rapidinho, é rapidinho. Dizer ao Braga, companheiro, obrigado pelas palavras e no que precisares dispõe da Gafanha do Carmo. Estaremos sempre solidários um com outro como estivemos até agora. E dizer ao Pinto Reis que gostei da tua intervenção. Faz sentido, já me batia por isso, daí a necessidade de não ter tantos relatórios. Eu tenho que prestar contas à minha Assembleia. E mais... eu tenho que prestar contas à minha comunidade, à minha população e a minha população não vê os relatórios e nem vê a atividade que eu apresento à minha Assembleia, que é aí que eu explano o que faço. Vê a obra feita e isso é que é importante, é ver a obra feita. Portanto, eu ao querer aqui expressar perante vós o porquê de não ter apresentado os relatórios, acho que vocês mereciam ouvir isso da minha

parte. Acho que deviam de ouvir, já que sou obrigado e já que falhei, acho que o mínimo que eu podia fazer é vir aqui e fazer meia culpa. Acho que vocês mereciam isso. E é só.»

Carlos António Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré (PSD): (03:21':10")

«Três notas ou quatro leves, mas que julgo que são importantes. O relatório que é apresentado à Assembleia refere que nós não temos nenhum elemento sobre a obra Afonso Albuquerque. De facto, não está no relatório de 2024, o primeiro relatório, mas está no relatório de 2023, dado que era uma obra projetada para o interadministrativo de 2023 e que teve que passar para 2024 por causa da sua execução. Portanto, se alguém tiver dúvidas sobre a execução da obra da Afonso Albuquerque pode, naturalmente, consultá-la no relatório que foi entregue final de 2023.

Depois, em relação à Junta do Carmo, Braga deixa-me dizer o seguinte. A forma como toda a gente votou nesta Assembleia na última terça-feira, foi no sentido de o Luís Diamantino poder ter a carrinha e de o valor em questão ser aprovado para ele ter a carrinha. A questão da verba e da aprovação da verba não está em causa e a minha abstenção, e julgo que a dos demais que se abstiveram, não tem a ver com a justeza da entrega do valor à Junta de Freguesia do Carmo, porque isso nunca esteve em causa. Mas sim, a forma dúbia como o texto da proposta nos foi apresentado. Penso que isso ficou claro na última Assembleia.

E já agora, respondendo ao teu repto, não tenhas dúvida nenhuma que se precisares de 100 mil euros ou 200 mil euros para uma circunstância extraordinária, a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré estará ao teu lado neste mandato, como esteve ao lado de São Salvador e muitas vezes São Salvador com a Junta da Nazaré, em mandatos anteriores, para conseguirmos aquilo que era importante para as nossas freguesias.

E por fim, a política também tem estas coisas e tem estas coisas boas. Eu acho que nunca estiveste tão bem como hoje. Muito obrigado.»

João Braga, Junta de Freguesia de São Salvador (UPF): (03:23':30")

«Eu vinha só dar uma nota final e dado que o Carlos falou, tocou neste ponto. É isto que nos define, este tipo de atitude, ajudarmo-nos uns aos outros, independentemente do que a gente possa dizer aqui. Concordemos ou não concordemos.

Eu deixava só aqui um último pedido, em meu nome, do Carlos e do Augusto, que é a possibilidade de nós irmos experimentar a carrinha quando ela estiver disponível. Está bem? Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:23':53")

«Muito bem. José Pinto Reis. Prescinde? Senhor Presidente, faça favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:24':01")

«Bem. O divertimento desta Assembleia para mim não é muito agradável de assistir e, sinceramente, andei aqui à procura de uma mensagem do Rei de Espanha numa ocasião, de um senhor que estava na América do Sul e recordei-me dessa expressão várias vezes nos discursos que hoje aqui ouvi relativamente aos relatórios. Mas vou deixar o Senhor Vice-Presidente dizer mais alguma coisa e finalizarei depois, muito obrigado.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (03:17':15")

«Gostava só de deixar aqui algumas notas.

O Senhor Presidente da Junta da Gafanha do Carmo teve a oportunidade de várias intervenções de destacar todas as obras que mencionou executadas pela Câmara e que foram sempre desígnios das suas propostas eleitorais. Não obstante, serem investimentos do próprio município, mas que lutou por elas e ficamos satisfeitos que no seu terceiro mandato é que elas sejam realizadas. Finalmente que foi compreendido.

As dificuldades que as juntas de freguesia e vão alegando, é um discurso que nós já temos vindo a ouvir nos últimos 3 anos. As dificuldades tanto na elaboração das obras, depois têm uma tolerância diferente para aquelas que são da Câmara, mesmo que estejam a uma dimensão que lhes é proporcional face à Câmara. Mas continuamos também a destacar, de uma forma que não me parece muito correta, a dificuldade de executar os relatórios.

Eu julgo ser o primeiro ano, nestes três anos, em que estamos a discutir de uma forma tão prolongada o cumprimento dos prazos estabelecidos. Quer dizer, chegámos ao terceiro ano e é que estão a ocorrer estes atrasos quando a execução dos relatórios não se alterou, portanto, o modelo é o mesmo. Temos vindo a tentar simplificá-los como informação é

sistematizada. Os relatórios já seguem para as juntas de freguesia no seu modelo, portanto, já previamente preenchidos com aqueles dados que já estão previstos no contrato, portanto, é um pouco preocupante. Eu, se calhar, deixava já aqui o repto para o próximo ano nós fazermos como no município vizinho e propormos mesmo que eles sejam elaborados mensalmente, para podermos ter aqui algumas tarefas mais planeadas e podermos todos os meses sistematizar essa informação. E então dessa forma, temos discussões, se calhar, menos prolongadas.

Penso que é consensual que é importante o que estamos hoje a discutir, porque, de facto, na proposta dos relatórios, e que depois acabou substanciar nos próprios contratos, é importante que os tragamos mesmo aqui, a esta Assembleia, para que possa haver conhecimento. Porque mais uma vez, esta transparência também nos permite termos estas discussões e sabermos de que forma é que os valores que são transferidos pela Câmara estão a ser ou não executados e de que forma.

Também gostaria de destacar outra questão, e dando resposta ao senhor deputado Luís Leitão, portanto, em termos de transferência para as juntas de freguesia aquilo que está previsto nos contratos que foram aqui aprovados é que aquando da assinatura são transferidos 50% e os restantes 50%, que são bem claros na cláusula terceira, só são transferidos aquando ou após a Entrega do segundo relatório. Portanto, são transferidos durante o mês de setembro. É assim que está redigido o contrato e apenas após a entrega do segundo relatório. E esse segundo relatório deve ser entregue em setembro. Portanto, é isso que está nos relatórios. Portanto, neste momento, não está ninguém em cumprimento porque a Câmara ainda não fez o seu papel, porque também ainda não chegou essa data. Portanto, aguardamos pela essa entrega desses relatórios para se fazer essa regularização. Acho que estamos ainda a tempo de podermos receber essa informação e de a podermos remeter à próxima reunião de Câmara e podemos cumprir com aquelas que são as obrigações que estão bem claras nos contratos, que cabem ao município. São obrigações do município e devem ser cumpridas.

Portanto, aguardemos e só depois, se calhar na próxima Assembleia, é que poderemos discutir este assunto que me parece bastante relevante.

Senhor Presidente, acho que é tudo. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08:09")

«Muito bem, muito obrigado. Terminadas estão as intervenções, foi deliberado tomar conhecimento deste ponto 7, “Contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano 2024 - Primeiro relatório”.

Portanto, como não houve qualquer deliberação, hoje estamos dispensados da Ata em minuta.

Desejo uma boa noite, um bom fim de semana. Voltamos em novembro e que o humor nos e vos acompanhe. Fiquem bem.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:24 do dia 14 de setembro de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Extraordinária de Outubro 2024, realizada no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Extraordinária de Outubro Reunião – 08OUT2024

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes			X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			
Pedro Miguel Cristo Graça			
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes			X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Mariana Alvelos Silva	(substitui 365 dias)		X
Modesto Manuel dos Santos	suspensão 365 dias (9FEV2024)		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereadora		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereador		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador		X
SUBSTITUIÇÕES			
Rui Manuel Rocha Rufino substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Paula Alexandra Graça Ferreira substitui Pedro Miguel Cristo Graça			X
Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Renúncia de Mandato: Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 9 fevereiro 2024): Modesto Manuel dos Santos (PS)

Ílhavo, 8 de outubro de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR**
PINTO MATOS DOS SANTOS
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2024.10.09 13:53:13+01'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo

Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E ABREU ARAUJO DA SILVA**
Num. de Identificação: 07260530
Data: 2024.10.09 09:50:27+01'00'